UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

ROBERTO DE PALMA BARRACCO

CONTRIBUIÇÃO PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DESPORTIVO:
FUNDAMENTOS DA JURISDIÇÃO DESPORTIVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI

SÃO PAULO
2018

ROBERTO DE PALMA BARRACCO

N. USP: 6853890

CONTRIBUIÇÃO PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DESPORTIVO:
FUNDAMENTOS DA JURISDIÇÃO DESPORTIVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA A BANCA
EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO,
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE DIREITO PROCESSUAL (DPC),
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR MARCELO JOSÉ
MAGALHÃES BONIZZI

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

SÃO PAULO

DEZ. 2018

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

de Palma Barracco, Roberto

Contribuição para a sistematização do processo desportivo: fundamentos da jurisdição desportiva / Roberto de Palma Barracco; orientador, Marcelo José Magalhães Bonizzi. – São Paulo, 2018.

352 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Versão original.

1. Processo desportivo. 2. Fenômeno social – Esporte. 3. Subsistema social – Esporte. 4. Jurisdição – genérica. 5. Jurisdição - específica. 6. Jurisdição – encontro. 7. Jurisdição – macroprocessualismo. I. Bonizzi, Marcelo José Magalhães, oriente. II. Título

Nome: DE PALMA BARRACCO, Roberto

Título: Contribuição para a sistematização do processo desportivo: fundamentos da jurisdição desportiva

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor:

Instituição:

Julgamento:

Professor:

Instituição:

Julgamento:

Professor:

Instituição:

Julgamento:

Ao Grupo de Estudos de Direito Desportivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a cada um de seus membros que me acompanharam nesse caminho

AGRADECIMENTOS

Como em todo caminho, tive a companhia, a ajuda, e a paciência de pessoas que fizeram, e fazem, parte desses quatro anos de construção dessa dissertação. E são essas as pessoas que eu gostaria de agradecer agora antes de começarmos juntos esse percurso entre o processo e o esporte.

Eu tive a sorte de ter um “pai acadêmico” e gostaria de começar agradecendo ao meu orientador, mentor e amigo Marcelo José Magalhães Bonizzi por todo o apoio, paciência e encorajamento que eu poderia ter. Aprendi muito desde o segundo ano da Faculdade e aprendo cada vez mais com você nesse caminho.

E, enquanto orientando, tive a sorte e o prazer de conviver com pessoas incríveis nesses anos que também fizeram parte dessa caminhada, assim, gostaria de agradecer o time de monitores do DPC, em especial aos amigos Cristhiane Bessas, o Cassio Almeida, a Giovanna del Nero e a Fernanda Rocha Azevedo que compartilharam comigo todos os desafios que é um mestrado.

Como aluno do departamento de direito processual, agradeço a atenção dos professores Heitor Sica e José Carlos Puoli que compartilharam comigo essa estrada aceitando participar de minha banca de qualificação, e são parte desse trabalho com diversas sugestões e ideias que coloquei em prática desde então. Também contei com os ensinamentos de professores da Faculdade, como José Roberto Bedaque, Paulo Henrique Lucon, Carlos Alberto Salles, Ricardo de Barros Leonel e Carlos Alberto Carmona a quem também agradeço.

E, como curioso, agradeço os professores Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Claudia Moises Perrone, Antonio Rodrigues de Freitas Junior, e Wagner Menezes que me adotaram ao longo desse percurso em suas matérias e me abriram as portas de seus departamentos. Aprendi muito com cada um de vocês, seus conselhos e suas ideias.

Meu muito obrigado por tudo!

A Faculdade, entre graduação e pós-graduação, também me trouxe presentes, como o time de processo civil da Faculdade que agradeço em nome dos meus *cocoaches* Rodolfo Amadeo, Eduardo Parente e Guilherme Setoguti. O Núcleo de Estudos de Tribunais Internacionais, que agradeço ao José Daniel Vergna e ao Henrique “Hummer” Souza pelas conversas e incentivos desde sempre. E, claro, o Grupo de Estudos de Direito Desportivo que agradeço em nome de seus coordenadores, e bons amigos, Marco Aurelio Celeste, Beatriz Chevis e Gustavo Goes – pessoas que me fazem acreditar nesse caminho que escolhi.

E, claro, me trouxe bons amigos no e além do DPC que me ajudaram com toda a paciência do mundo, em particular a Lia Yokomizo, a Evelyn Barreto, a Yuri Nabeshima, o Vinicius Morrone e o Denizon Oliveira. Isso sem contar quem me aguenta desde o primeiro ano da graduação, como o Ernesto Esteves, o Fernando Watanabe, a Natasha Morales, a Marcela Gaspar, a Natalia Cipresso, a Aline Santana, a Larissa Barreto e a Livia Galvão.

Meu muito obrigado por tudo!

Agora, a SanFran não foi minha única casa nesse caminho, e gostaria de agradecer a todos que me acompanharam em meu tempo na *University of Oregon*, em especial minha orientadora, exemplo e amiga Kristie L. Gibson e meu eterno chefe Robert C. Illig. Aprendi muito com vocês, como pessoa e como profissional.

Lá contei com o apoio de diversos professores que me acompanharam ao longo desse caminho, Eric Priest, Jennifer Reynolds, Liz Tippet, Michael Moffitt, Joshua Gordon, Barbara Tint e Barry Noble. Pessoas que me ajudaram a achar a segunda parte do caminho dessa dissertação e arrumar a primeira com *inputs* únicos e valiosos – afinal, foi lá que entendi na pele como a diferença entre culturas faz parte do nosso dia a dia mais do que a gente espera.

Minha segunda casa também me trouxe o *SELF*, o grupo de estudos de direito e negócios do esporte, e três pessoas que tenho a sorte de chamar de amigos hoje: Fon Akenji, Jin Kwon e José Campos. Assim como meus companheiros de LL.M., Georgina Fuel, Gina Rosario, Jesse Imonje, Kayla Brinda, Gloria Chelang’at, Ruby Lu Chieh-Ju e Makoto Kurosawa e meus brasileiros (ou quase) de lá, Iago Bojczuk, Emilly Andrade e Austin Vander Wel.

Meu muito obrigado por tudo!

Outra pessoa a quem tenho muito o que agradecer é o meu “pai profissional”, Luiz Felipe Guimarães Santoro, a quem tive a sorte de ter como chefe, como professor e como mentor - e hoje, além de *rolemodel*, chamo de amigo. Obrigado pelas conversas, pela confiança e por acreditar.

Nesse tempo de vida profissional tive o prazer de conviver com pessoas brilhantes e abertas que me ajudaram, e muito, nesse caminho com ideias, sugestões, conselhos e portas abertas. Assim, aqui no Brasil gostaria de agradecer à equipe do Bichara & Motta em nome de Marcos Motta, Bichara Abidão, Juliana Avezum e Victor Eleutério. Seus conselhos e sugestões me foram muito importantes ao longo desses anos. E agradeço ao Pedro Fida pela paciência e o WhatsApp sempre disponível.

E, também, gostaria de agradecer à equipe do CSMV pelas portas abertas e pelas ideias sempre vivas e certeiras em nome de André Sica, Américo Espallargas e André Feher. Aprendi muito com nossas conversas, e agradeço imensamente pelo “livro verde do CAS” que é essencial quando se pensa em resolução de disputas no esporte.

Gostaria, também, de agradecer a pessoas incríveis do nosso esporte, como o Alberto Murray, Rafael Marchetti Marcondes, Celia Regina Zapparolli, Ricardo Kaneshiro, Ulisses Bresciani, Eduardo Kley, Patrícia Gorisch, Eliane Andrade, João Bosco Coelho Pasin, Ramon Bisson Ferreira, Danielle Maiolini, Regina Sampaio, Roberto Kioshi, Bruno Morimoto e Alexandre Lomonaco. Todos vocês me ajudaram, cada um do seu jeito, com essas páginas. Assim como Ariel Reck na Argentina, e os amigos Ricardo Navía Frega e Rodolfo Salassa Boix – muito obrigado por me receberem, pelas conversas e pelos conselhos.

Também fizeram parte desse caminho, com suas portas abertas na Espanha, Lucas Ferrer e Jordi Batet, na Itália, Alberto Fracchia, Leonardo Ferrara, Francesco Macri e meu amigo Luca Colombo. E, nas pesquisas ao redor do mundo sobre esporte e o seu direito, Vlada Lisenco na Transnistria, Roshan Gopalakrishna na Índia e Paul Johnson na Austrália, seus Skypes sempre disponíveis e seus corações sem comparações – muito obrigado pelo livro, Paul! Assim como, mais recentemente, Moti Mironi em Israel.

E, nos Estados Unidos, Jeffrey Benz, Antonio Gidi, Matt Mitten, Gabe Feldman, Mark Francis, Felisa Israel e Beverly Macy; pessoas incríveis que tive a sorte de conhecer em minhas idas e vindas que só agregaram nessa dissertação e na minha vida. E um obrigado especial à rainha e ao papa do *US sports law*, Maureen A. Weston e James A. R. Nafziger – com toda a certeza duas das melhores pessoas que eu conheço e quem eu *look up to*.

Meu muito obrigado por tudo!

O direito e o esporte me trouxeram pessoas incríveis com quem tenho a sorte de conviver, assim, gostaria de agradecer ao Instituto Brasileiro de Direito Desportivo em nome de Gustavo Delbin, Felipe Ezabella, Fernanda Bini e Caio Medauar. Desde a primeira palestra que assisti de direito desportivo na minha vida até essa troca de ideia hoje em dia.

À Universidade do Futebol, em especial Letícia Fava e Gheorge Randsford, que me ajudam e muito em fazer o que eu mais gosto. E à LawInSport em nome da Manali Kukarni, Chris Bond e Sean Cottrell, pessoas incríveis que fazem parte de um verdadeiro farol do direito desportivo no nosso mundo.

E aos meus amigos da IB|A Académie du Sport, essa “família” que tenho o prazer de fazer parte e que acredito que pode ajudar esse nosso esporte, que agradeço em nome de Leonardo Palazzi, Pedro Cavazzoni e Pedro Barros. Um obrigado especial à Gisele Cabrera, amiga de longa data já que me ajudou e muito nessa dissertação com ideias e artigos, ao Victor Targino de Araújo, amigo que me aguenta faz quase duas décadas, e ao Leonardo Maximo, meu irmão mais velho que me faz querer ser uma pessoa melhor hoje e sempre.

Meu muito obrigado por tudo!

Nesse caminho aprendi e muito com amigos e colegas onde tiver o prazer de trabalhar. Sem essas experiências práticas, essas conversas, e esse “dia a dia” eu sei que essa dissertação jamais seria a mesma e, provavelmente, sequer existiria.

Com isso, gostaria de agradecer Darly de Sá, Raphael Valentim, Leonardo Nunes, Renato Leopoldo e Marcelo Bachilli quando do meu tempo de Laspro Advogados Associados. Aos amigos da CAMES, Ronaldo Gallo e Danilo Miranda, pelos cafés e almoços nos quais aprendi e muito sobre resolução de disputas. Ao grande Alexandre Miranda, amigo e parceiro, em nome do Tribunal Disciplinar Paralímpico do Comitê Paralímpico Brasileiro. E aos meus companheiros da Câmara Nacional de Resolução de Disputas da Confederação Brasileira de Futebol, Vitor Butruce, Rafael Fachada e Amanda Guimarães.

E a todos do lugar que considero meu refúgio em São Paulo, meus amigos e colegas de Parque São Jorge, em especial aos meus companheiros de departamento jurídico com quem aprendi a ser um melhor profissional e uma melhor pessoa: Fabio Sader, Diógenes Mello Pimentel Neto e Sergio Ventura Engelberg. Obrigado de coração, sem vocês essa dissertação seria impossível, eu não seria a mesma pessoa, e eu entenderia menos ainda sobre esporte e sobre direito.

Meu muito obrigado por tudo!

Nesse caminho tenho a sorte de contar com grandes amigos e parceiros no meu dia a dia. Jean E. B. Nicolau, a mente mais brilhante que conheço do esporte, Rodrigo Torturelli Iglesias (e a Vivian Nozaki, dois lados de uma mesma metade), a pessoa que me fez voltar a acreditar que dá para fazer acontecer nesse nosso esporte, e a Juliana M. Carmona S., o maior exemplo que o nosso esporte como entretenimento ainda tem um lado humano. Obrigado a todos pelas ajudas, pelos desabafos, e pelas revisões. E, claro, por esse nosso caminho juntos!

Meu muito obrigado por tudo!

E amigos de tantos anos que são parte da família. Leandros Myriantheus Fabio Fruchtengarten, Stephano Pamboukian, Lucas Landi, Fábio Pacheco, Erik Silva, Bruno Romano, Augusto Barbosa e Nathalia Guimarães, cada um de vocês faz parte de mim.

Meu muito obrigado por tudo!

Além, é claro, da minha família que sempre me ajudou nas horas difíceis. Minha prima, Patricia de Palma, meu padrinho, Hercílio Soares, meus tios, Eduardo João e Rute de Palma, meus primos, Eduardo Horário e Pedro Henrique de Palma, minhas tias, Margherita e Artemisia Barracco, meus primos, Lorena e Frederico Duff, meus segundos pais, Valéria e Rubens Munhos, e meus irmãos, Rafael e Luiza Munhos. E, meus avós (*in memoriam*) que fizeram parte de boa parte dessa caminhada, Ruth Machado e Edgard de Palma.

Meu muito obrigado por tudo!

Agora, com certeza, essa dissertação não teria acontecido sem o apoio de três pessoas que estiveram lá em todos os momentos e quem agradeço hoje e sempre por tudo.

Bruna Velasquez Pezzin pelo companheirismo (e por me aguentar faz mais de oito anos), pela paciência (com cada crise minha ao longo desse caminho) e por ser o exemplo de pessoa (e me mostrar como ser alguém melhor).

Meu pai, Luigi Barracco, por ouvir (mesmo quando eu acho que não ouve), por acreditar (às vezes até quando eu jogo a toalha), e por me dar a mão sempre que eu precisei (mesmo quando eu, por teimosia, falei que não precisava).

E minha mãe, Lygia Marcia de Palma Barracco, por me mostrar o que é força (e que sempre dá para ser feliz), por sonhar junto (afinal, sem você essa dissertação não seria a mesma), e por me incentivar sempre (e me ajudar a acreditar que o mundo pode ser melhor).

Meu muito obrigado por tudo!

“Na verdade, todo empreendimento da busca de conhecimento baseia-se em pegar a sabedoria convencional e crenças científicas aceitas e estilhaçá-las com novas provas contraintuitivas” (TALEB, 2018, p. 73)

BARRACCO, Roberto de Palma. Contribuição para a sistematização do processo desportivo: fundamentos da jurisdição desportiva. 2018. 352 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente dissertação se baseia no fenômeno da “jurisdição desportiva” e objetiva usá-lo como exemplo para compreender a maneira em que mudanças (sociais) globais influenciam o estudo do processo civil com base em um novo conceito de jurisdição. Para atingir seu escopo, a pesquisa realizada consiste na análise de artigos acadêmicos, jurisprudencial e da maneira em que a mídia retrata o fenômeno da “jurisdição desportiva” (e do direito desportivo em geral). Em breve síntese, eis o será aqui abordado: a primeira parte desse trabalho consiste na caracterização do Esporte como fenômeno social em si que, por sua vez, fornece a essência de sua *lex sportiva* que serve como ponto de origem de sua jurisdição. Em outras palavras, estabelece as bases do que é compreendido pela jurisdição desportiva ao analisar como o Esporte (fenômeno social) se encontra entre o Direito e a Política (fenômenos sociais) quando visto como cultura, negócio (do entretenimento), e globalização na sociedade de hoje. Em seguida, se desloca o estudo ao Esporte como subsistema social, resultado do acoplamento estrutural entre Direito e Esporte como fenômenos sociais, cenário onde surge a *lex sportiva* (ordem jurídica do Esporte) e a *jurisdictio sportiva* (jurisdição específica do Esporte). Então, se passa à sistematização do estudo da “jurisdição desportiva” no direito processual em sua teoria geral, pela qual se fornece uma visão do conceito de jurisdição. Em outras palavras, primeiro verificar-se-ão as premissas conceituais da jurisdição para, então, compará-las com suas exceções, ou anomalias conceituais, em busca da revisitação desse conceito como gênero. Com isso, sua conceituação é posta sob a perspectiva da jurisdição desportiva, servindo como fundamento para sua análise como jurisdição específica e, então, como complementar à jurisdição de um Estado. Por fim, se oferece uma contribuição à sistematização do processo desportivo com fundamento em sua jurisdição sob uma perspectiva macroprocessualística.

Palavras-chave: Jurisdição Desportiva. Teoria Geral do Processo. Macroprocessualística.

BARRACCO, Roberto de Palma. Sports procedure's systematization contribution: sports jurisdiction basis. 2018. 352 p. Dissertation (Master's in Law) – University of São Paulo School of Law, São Paulo, 2018.

This dissertation bases itself on the “sports jurisdiction” phenomenon and aims to handle it as an example in order to understand how global social developments have influenced the study of civil procedure leading to a new concept of jurisdiction. In order to reach its goal, the research conducted comprehends academic papers, jurisprudence, and media articles portraying the sports jurisdiction phenomenon as well as sports law in general. The following serves as a roadmap of it: its first part consists in understanding Sport as a social phenomenon in itself that, in turn, provides the essence of its *lex sportiva* that serves as the point of origin of its jurisdiction. In other words, it establishes what sports jurisdiction encompass when viewed as culture, (entertainment) business, and globalization in today's society when Sport (as a social phenomenon) finds itself in between Law and Politics (as social phenomena). Then, the study moves towards Sport as a social subsystem resulting from the structural coupling between Law and Sport (as social phenomena), where its *lex sportiva* (sport legal order) and its *jurisdiction sportiva* (sports specific jurisdiction) arise. Afterwards, it focus on systematizing the study of the sports jurisdiction within the general theory of procedure, which provides an overview of the concept of jurisdiction. In other words, its conceptual assumptions as a way to compare with its exceptions/conceptual anomalies in order to revisit the very idea of jurisdiction as a genre. This way, it puts forward the jurisdiction conceptualization from the perspective of the sports jurisdiction, serving as the basis for its analysis as a specific jurisdiction as well as a complement to the jurisdiction of a State. Lastly, this dissertation provides a contribution to the systematization of the sports procedure based on its jurisdiction from a macroprocessualistic perspective.

Keywords: Sports Jurisdiction. General Theory of Procedure. Macroprocessualistics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>American Arbitration Association</i>
ABCD	Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
AC/FIFA	<i>FIFA Appeal Committee</i>
AFC	<i>Asian Football Confederation</i>
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APFut	Autoridade Pública de Governança do Futebol
BACEN/BCB	Banco Central do Brasil
CACEFIFA	Comissão de Adjudicação do Comitê de Ética (FIFA)
CAD	Código de Arbitragem Desportiva (TAS/CAS)
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAF	<i>Confédération Africaine de Football</i>
CAS ADD	<i>Antidoping Division</i> (TAS/CAS)
CBA	Código Brasileiro Antidopagem
CBC	Comitê Brasileiro de Clubes
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBG	Confederação Brasileira de Ginástica
CBHB	Confederação Brasileira de Handebol
CBLP	Confederação Brasileira de Levantamento de Peso
CBJD	Código Brasileiro de Justiça Desportiva
CBMA	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem
CC/02	Código Civil de 2002
CCL	Comissão de Concessão de Licenças (CBF)
CE/CECBF	Comissão de Ética (CBF)
CECFB	Código de Ética e Conduta do Futebol Brasileiro (CBF)
CEFIFA	Código de Ética (FIFA)
CETD	Contrato Especial de Trabalho Desportivo
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CFA	Associação de Futebol da República Popular da China
CICEFIFA	Comissão de Investigação do Comitê de Ética (FIFA)
CLC	Comissão de Licenciamento de Clubes (CBF)

CLR	<i>FIFA Club Licensing Regulations</i>
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CNRD	Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CBF)
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONCACAF	<i>Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football</i>
CONMEBOL	<i>Confederación Sudamericana de Fútbol</i>
CRL	Comitê de Resolução de Litígios (CBF)
DC/FIFA	<i>FIFA Disciplinary Committee</i>
DFB	<i>Deutscher Fußball-Bund e. V.</i>
DoJ	Departamento de Justiça Norte-americano (federal)
DRC	<i>Dispute Resolution Chamber</i> (FIFA)
DRT	Diretoria de Registro, Transferência e Licenciamento (CBF)
EC/FIFA	<i>FIFA Ethics Committee</i>
ECBF	Estatuto (CBF)
EDT	Estatuto de Defesa do Consumidor
EFA	Federação Egípcia de Futebol
EFIFA	Estatuto (FIFA)
FDC	<i>Fifa Disciplinary Code</i>
FEI	Federação Internacional de Esportes Equestres
FFA	Federação de Futebol da Austrália
FFERJ	Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro
FFP	<i>Financial Fair Play</i> (UEFA)
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FIFPro	<i>Fédération Internationale des Associations de Footballeurs Professionnels</i>
FIGC	<i>Federazione Italiana Gioco Calcio</i>
FPF	Federação Paulista de Futebol
FSHb	Federação Sergipana de Handebol
IA	Instância de Apelação da Comissão de Licenciamento de Clubes (CBF)
IAAF	Associação Internacional de Federações de Atletismo

ICANN	<i>Internet Corporation for Assigned Names and Numbers</i>
ICAS	<i>International Council of Arbitration for Sport</i>
IFAB	<i>International Football Association Board</i>
IS	Parâmetros Internacionais / <i>International Standards</i> (AMA/WADA)
ITC	<i>International Transfer Certificate</i>
LBCD	Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem
LNF	Liga Nacional de Futsal
MLS	<i>Major League Soccer</i>
NAT	<i>National Arbitration Tribunal</i> (FFA)
NBB	Novo Basquete Brasil
NDRC	<i>National Dispute Resolution Chamber</i> (FIFA)
OFC	<i>Oceania Football Association</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PILA	Estatuto Federal sobre o Direito Internacional Privado (Suíça)
PSC	<i>Players' Status Committee</i>
RCNRD	Regulamento da Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CBF)
RDC	<i>Reglamento Disciplinario de la CONMEBOL</i>
RGFIFA	<i>Rules Governing the Procedure of the Players' Status Committee and the Dispute Resolution Chamber</i> (FIFA)
RI TJD-AD	Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem
RLC	Regulamento de Licença de Clubes (CBF)
RNI	Regulamento Nacional de Intermediários (CBF)
RNRTAF	Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol (CBF)
RSTP	<i>Regulations on the Status and Transfer of Players</i> (FIFA)
RWI	<i>Regulations on Working with Intermediaries</i> (FIFA)
SAFF	Federação de Futebol da Arábia Saudita
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SCCP	Sport Club Corinthians Paulista
SPFC	São Paulo Futebol Clube

STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STJD	Superior Tribunal de Justiça Desportiva
TAS/CAS	Tribunal/Corte Arbitral do Esporte
TFS	Tribunal Federal Suíço
TJD	Tribunal de Justiça Desportiva
TJD-AD	Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem
TMS	<i>Transfer Matching System</i> (FIFA)
TPO	<i>Third-party Ownership</i>
UCI	<i>Union Cycliste Internationale</i>
UEFA	<i>Union des Associations Européennes de Football</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBSFA	<i>Union Royale Belge des Sociétés de Football Association</i>
USADA	Agência Antidopagem Norte-americana
WADA/AMA	Agência Mundial Antidoping
WADC/CMA	Código Mundial Antidopagem (WADA/AMA)

SUMÁRIO

Resumo	P. 12
Abstract	P. 13
Lista de abreviaturas e siglas	P. 14
Introdução	P. 20
1. Entre o processo e o esporte: paradigmas para o estudo do processo desportivo	P. 24
1.1. Esporte e sociedade: cultura, entretenimento e globalização como fundamentos da <i>lex sportiva</i>	P. 30
1.1.1. Esporte na sociedade: entre a Política e o Direito	P. 34
1.1.2. Esporte como cultura: surgimento da <i>lex sportiva</i>	P. 43
1.1.3. Esporte como entretenimento: <i>lex sportiva</i> e o esporte como negócio	P. 50
1.1.4. Esporte como globalização: a busca por autonomia e a <i>lex sportiva</i>	P. 65
1.2. Novos paradigmas: uma introdução ao subsistema desportivo e sua jurisdição	P. 71
1.2.1. Política e sociedade: Direito, Estado e Constituição	P. 80
1.2.2. Sociedade e subsistemas: Direito para além do Estado e da Constituição	P. 87
1.2.3. Sociedade e esporte: acoplamento estrutural sistêmico base do direito desportivo e de sua jurisdição específica	P. 91
2. Jurisdição desportiva: entre a especificidade e o macroprocessualismo	P. 99
2.1. Jurisdição e seu estudo	P. 115
2.1.1. Premissas conceituais	P. 120
2.1.2. Exceções: anomalias conceituais ou outro paradigma?	P. 140
2.1.2.1. Exceções e seus limites internos: extensão e conteúdo	P. 141
2.1.2.2. Exceções e seus limites externos: contornos	P. 146
2.1.2.3. Exceções ou regra geral?	P. 152
2.1.3. Revisitação ao conceito de jurisdição	P. 161
2.2. Jurisdição desportiva	P. 178
2.2.1. Jurisdição desportiva como jurisdição específica	P. 186
2.2.1.1. Sistema disciplinar	P. 189
(i) Sistema disciplinar e FIFA	P. 189
(ii) Sistema disciplinar e CBF	P. 192
2.2.1.2. Sistema antidopagem	P. 196
2.2.1.3. Sistema regulatório	P. 199
(i) Sistema regulatório e FIFA	P. 200
a. <i>Court of Arbitration for Sport</i>	P. 202
b. <i>Ethics Committee</i>	P. 204
c. <i>Players' Status Committee</i>	P. 208

d.	<i>Dispute Resolution Chamber</i>	P. 212
(ii)	Sistema regulatório e CBF	P. 216
a.	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem	P. 222
b.	Câmara Nacional de Resolução de Disputas	P. 228
c.	Comissão de Licenciamento de Clubes	P. 254
d.	Comissão de Ética	P. 264
2.2.1.4.	Síntese da jurisdição específica do Esporte	P. 277
2.2.2.	Entre a jurisdição desportiva e jurisdição estatal	P. 280
2.2.2.1.	Encontros: sistema disciplinar	P. 284
(i)	FIFA e o poder judiciário brasileiro	P. 284
(ii)	CBF e o poder judiciário brasileiro	P. 287
2.2.2.2.	Encontros: sistema antidopagem	P. 290
2.2.2.3.	Encontros: sistema regulatório	P. 293
(i)	FIFA e o poder judiciário brasileiro	P. 294
a.	<i>Court of Arbitration for Sport</i>	P. 294
b.	<i>Ethics Committee</i>	P. 296
c.	<i>Players' Status Committee</i>	P. 298
d.	<i>Dispute Resolution Chamber</i>	P. 299
(ii)	CBF e o poder judiciário brasileiro	P. 301
a.	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem	P. 301
b.	Câmara Nacional de Resolução de Disputas	P. 302
c.	Comissão de Licenciamento de Clubes	P. 303
d.	Comissão de Ética	P. 305
2.2.2.4.	Síntese do encontro de jurisdições entre o Esporte e o Estado	P. 306
2.2.3.	Fundamentos da jurisdição desportiva na teoria geral do processo: uma visão macroprocessual	P. 307
	Apontamentos finais	P. 313
	Referências	P. 316

INTRODUÇÃO

“Eu diria ao ilustre confrade ainda o seguinte: em futebol, o pior cego é o que só vê a bola”¹

Como bem dito por Nelson Rodrigues, o esporte é muito mais do que o jogo em si. Passa por diversos outros fenômenos sociais que o transcendem, como o Direito. É nessa intersecção entre Esporte e Direito que surge o tema a ser aqui abordado.

Assim, o tema escolhido para a elaboração dessa dissertação é: Esporte, sendo um passo, ou propriamente uma contribuição, à sistematização do processo desportivo e dos fundamentos de sua jurisdição à luz da teoria geral do processo.

Tal tema por si só abarca diversas possibilidades de interpretação, de modo que se busca delimitá-lo de maneira adequada para elucidar a abordagem empregada para que se alcance o escopo da presente dissertação.

Partir-se-á de uma análise do Esporte como fenômeno social e do Esporte como subsistema social para que, então, examine-se o que é aceito como conceito de jurisdição para o estudo do direito processual sob outra lente; pretende-se averiguar como a noção de jurisdição se coloca numa perspectiva sistêmica do Direito, para que, então, aborde-se os seguintes tópicos: (i) a jurisdição do Esporte (suas ordem jurídica, sua jurisdição e sua influência); (ii) como o Esporte se reflete em seus próprios meios de resolução de controvérsia (ou seja, sua peculiaridade sistêmica, ou “especificidade”); e (iii) de que maneira se dá o diálogo entre Esporte e a noção atual de jurisdição decorrente do Estado.

Portanto, propõe-se como limite do tema a análise da “jurisdição desportiva” em comparação à noção corrente de jurisdição, conforme entendida pela doutrina dentro de uma perspectiva sistêmica de Direito. Para tanto, será acordada a devida consideração ao fenômeno social que serve como base dessa jurisdição específica: o Esporte. Com isso, será estudada a interconexão entre ordem jurídica e jurisdição em uma sociedade que admite o Esporte como cultura, como negócio e como globalização – uma relação inserida, vale enfatizar, em um contexto no qual o Estado ainda possui, ao menos em teoria, a primazia do Direito.

Nesse compasso, a presente dissertação pode ser resumida em uma frase, ao menos coloquialmente: “Uma questão de jurisdição: o direito e o processo desportivo”.

¹ RODRIGUES, Nelson. O Globo, 18 de novembro de 1963.

Dessa forma, o conceito de “jurisdição desportiva” se mostra relevante para o estudo do direito não apenas por ser uma questão teórica, já que o sistema no qual essa jurisdição específica se encontra é formado, também, por uma ordem jurídica para além do Estado – base da *lex sportiva*. Isso se explica pelo fato de o Esporte acompanhar a evolução da sociedade desde tempos antigos, sendo verdadeiro fenômeno social, porquanto base cultural e educacional de diversas sociedades, além de vetor que permite a expressão tanto de grupos como de indivíduos.

Ademais, o esporte também é ferramenta de políticas públicas, sendo utilizado por Estados nacionais com objetivos diversos, como demonstração de força, comprovação de hegemonia, ou, ainda, meio de aprimoramento das condições de vida de seus membros – é de se ressaltar a função do esporte em regimes variados, a exemplo de Cuba, da antiga União Soviética ou mesmo da sociedade norte-americana; isso sem ir mais longe ao recordar os ideais olímpicos dos gregos e mesmo a “política do pão e circo”, durante períodos do Império Romano.

O Esporte é um fenômeno social que possui reflexos endêmicos. Por isso, como subsistema social que é, é capaz de moldar tanto a si quanto a própria sociedade da qual é espelho quando acoplado sistemicamente ao Direito; e aí há uma relação simbiótica que ganha relevância quando se vive em um momento em que a sociedade deixa de ser local e passa a ser global - uma verdadeira aldeia global, na qual grandes eventos desportivos permeiam a vida de todos: deixa de ser *opção* e passa a ser elemento integrante da sociedade.

Nesse preciso contexto, o Esporte se torna “desporto”, ou seja, posto que sua prática formal passa a reger-se por regras específicas, muitas vezes ditadas por federações internacionais, tal como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI) – fonte normativa para além do Estado que transversa ordens jurídicas diversas. Como sua consequência, tornam-se necessários instrumentos efetivos, senão coercitivos, de se fazer valer a regra *para todos*, e é justamente nesse ponto em que o fenômeno social que o Esporte, transposto na ideia de desporto, se transfigura no ponto central dessa dissertação, ou seja, na ideia de “jurisdição desportiva” – que é reflexo da ordem jurídica do Esporte e de sua *lex sportiva*.

Contudo, para que se chegue a um conceito de “jurisdição desportiva”, deve-se, em primeiro lugar, entender como o Esporte, enquanto subsistema, é formado e influenciado pelas alterações na realidade social. O Esporte como subsistema social ganha relevância já que sua formação, e evolução, conduzem a uma pretensão de autonomia em relação ao direito estatal, tanto em sua dimensão normativa (*lex sportiva*) quanto em sua dimensão jurisdicional (“jurisdição desportiva”) quando interconectado ao, e interdependente, do Direito como subsistema social complementar.

Assim, o novo conceito de jurisdição é analisado sob um viés sistêmico que serve como base para o entendimento das interpenetrações ocorrentes entre os diversos subsistemas sociais presentes na sociedade globalizada da qual o desporto faz parte. Em outras palavras, o conceito de jurisdição será aproximado ao seu conceito complementar, qual seja sua ordem jurídica; afinal, diferentes sistemas num contexto social globalizado, temperado por elementos tecnológicos e de alterações ambientais, se influenciam de (trocam informações de) uma maneira interconexa e interdependente, o que altera o panorama conceitual referente às noções tanto de ordem jurídica, quanto de jurisdição.

Para, em seguida, analisar o conceito-mãe de jurisdição segundo a doutrina enquanto método de estudo do direito processual e, em especial, da teoria geral do processo. Uma vez visto o significado de jurisdição para a doutrina contemporânea do direito processual, buscar-se-á a resposta quanto à possível conceituação de uma “jurisdição” para a sociedade de hoje, levando-se em consideração as “anomalias conceituais” com relação a sua acepção clássica – como exemplos, cita-se desde já a atuação da justiça desportiva brasileira e dos diversos tribunais arbitrais desportivos espalhados pelo globo.

Com isso, ter-se-á uma base conceitual apropriada do que é jurisdição e de como esse conceito é visto sob uma perspectiva sistêmica na sociedade atual, e em especial no tocante ao Esporte em três dimensões distintas – Esporte como subsistema social, Esporte como ordem jurídica, e Esporte como jurisdição. O que, enfim, leva à análise do que é a “jurisdição desportiva” e de como esta se configura na prática – tanto em seu subsistema, como quando refletida em outro subsistema.

Ex positis, a presente dissertação busca examinar as consequências da existência dessa espécie de “justiça” para, destarte, contribuir com a sistematização do estudo do processo desportivo e dos fundamentos de sua jurisdição sob o estudo do direito processual em sua perspectiva macroprocessual de acordo com teoria geral do processo como método de ensino.

Como justificado acima, o estudo do tema “Direito e Processo Desportivo”, em especial em relação à ideia da “jurisdição desportiva”, é relevante na medida em que a existência de uma jurisdição para além do Estado leva à necessidade de se reformular o próprio conceito de jurisdição atualmente empregado pela doutrina processual, notadamente, por ocasião do ensino de sua teoria geral.

Desse modo, o conceito de jurisdição complementar se tornaria a base para a teorização de um modelo processual (pautado possivelmente na perspectiva de um macroprocessualismo), abarcando questões de longa data e preenchendo lacunas deixadas em aberto ou mesmo ignoradas pela doutrina processualista – deixando espaço, quiçá, para uma teoria geral da resolução do conflito?

Embora esse não seja o objetivo direto da presente dissertação, tal possível consequência indireta serve justamente como um ideal a se perseguir, um verdadeiro norteador, para esse trabalho que aqui se dá um chute inicial.

Esquemáticamente, pretende-se responder as seguintes perguntas:

- a. Quais as premissas conceituais de jurisdição aceitas atualmente pela doutrina processual como método de seu estudo?
- b. Como suas exceções (“anomalias conceituais”) apontam para um novo paradigma?
- c. É possível revisitar o conceito de jurisdição levando em conta suas “anomalias conceituais”?
- d. Qual a base sistêmica dessa jurisdição desportiva?
- e. Qual é a consequência da existência da uma jurisdição desportiva no estudo do direito processual sob a perspectiva de sua teoria geral?

Ao se levar em consideração questões de ordem doutrinária, casuística e do esporte como realidade social ao ser refletido na mídia, o que se espera é, em última análise, adequar (na teoria) a existência (prática) de uma jurisdição para além de um Estado.

APONTAMENTOS FINAIS

“Como no circo, o povo dava-se ao espetáculo, se mexer a alma, para entreter o tempo, o olhar e os ouvidos”¹¹³⁵

Essa dissertação buscou contribuir para a sistematização do processo desportivo via os fundamentos de sua jurisdição na teoria geral do processo sob uma visão macroprocessual, e, para tanto, baseou-se no Esporte como fenômeno e subsistema sociais para que se pudesse compreender o reflexo desse cenário em seu estudo.

Assim, logrou-se entender as bases desse fenômeno social que faz parte da cultura globalizada de hoje como um negócio do entretenimento para que se observasse como esse contexto molda esse fenômeno social em subsistema via sua *lex sportiva* autônoma, sobreposta e complementar ao direito estatal.

Como outro lado dessa mesma moeda, Esporte como fenômeno e subsistema sociais leva, também, ao surgimento de uma jurisdição desportiva legítima enquanto parte de sua ordem jurídica específica. Essa jurisdição específica do Esporte surge como instrumento de sua ordem jurídica na pacificação social, na manutenção da coesão de seu quadro associativo e na harmonização de seu subsistema com outros – como o do Estado.

Dessa forma, ordem jurídica e jurisdição específicas se encontram como influência no Esporte como subsistema sob um pano de fundo em que suas ações surtem efeitos, qual seja, o plano social. Influência tida tanto como cooperação, quanto *coertio* próprias e independentes daquela de cunho estatal. Em outras palavras, ordem jurídica, jurisdição e influência se tornam as bases do estudo da sistematização do processo desportivo.

Esse trinômio (ordem jurídica-jurisdição-influência) se refletem para além do Esporte quando em sobreposição ao Estado como subsistema social. Com isso, os sistemas disciplinar, disciplinar antidopagem e regulatório do Esporte encontram no *ser* com a ordem jurídica, jurisdição e influência estatal. Um enlace que se dá via reciprocidade tensionada pela indiferença, reconhecimento ou diálogo mútuo entre subsistemas complementares – específico do Esporte e genérico do Estado.

¹¹³⁵ LYRA FILHO, João. Introdução à Sociologia dos Desportos. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1973. P. 218.

Destarte, a jurisdição passa a ser entendida, na teoria geral do processo, “jurisdição-influência-autonomia”, ou seja, jurisdição como aquela específica do Esporte, influência como sanções desportivas, e autonomia como legitimidade em seu próprio subsistema (quadro associativo). E passa a ser vista sob uma perspectiva *macroprocessual* em que se cuida de sua função, atividade e influência tendo em vista um contexto em que o diálogo recíproco entre subsistemas sociais é necessário pelas limitações trazidas pela extensão-conteúdo e contornos do próprio conceito de jurisdição em sua legitimação.

Nestas condições, tem por seu objeto a transformação desse diálogo recíproco em mecanismos próprios de sua facilitação como base da organização do próprio processo desportivo, como uma espécie de política pública, que sirva de base para seu *microprocessualismo* – o estudo do processo desportivo como função, atividade e influência.

Com essas palavras, a dissertação chega ao seu ponto final respondendo às perguntas deixadas em sua introdução:

- a. Quais as premissas conceituais de jurisdição aceitas atualmente pela doutrina processual como método de seu estudo?
- R. Em suma, jurisdição é entendida como “jurisdição-poder-Estado/soberania” e como “função, atividade e poder”. Assim, entende-se jurisdição como reflexo do poder de um Estado soberano em que se busca realizar seus escopos (sociais, políticos e jurídicos com o fito de pacificação social) via sua função, sua atividade e seu poder – este com a ideia de *coertio* como denominador comum.
- b. Como suas exceções (“anomalias conceituais”) apontam para um novo paradigma?
- R. A base desse conceito de jurisdição parte do pressuposto de que o poder legítimo é expresso somente por um Estado que é soberano. Contudo, em uma sociedade globalizada influenciada por alterações tecnológicas e de meio ambiente, o Estado deixa de ser único ente em que o Direito, como fenômeno social, aparece como ordem jurídica e jurisdição. Isso se reflete nos limites de uma jurisdição em seu conteúdo-extensão e contornos, com isso, a ideia de soberania deixa de ser exclusiva de um Estado.

- c. É possível revisitar o conceito de jurisdição levando em conta suas “anomalias conceituais”?
- R. O conceito de jurisdição passa a abarcar “jurisdição-influência-autonomia” como seu gênero e “função, atividade e influência” como fonte. Assim, parte-se da ideia de autonomia, e não de soberania, na estruturação do estudo do conceito de jurisdição que se pautar na realidade social atual, além de entender poder como compreendido pela ideia de influência que, em si, traz cooperação e *coertio*.
- d. Qual a base sistêmica dessa jurisdição desportiva?
- R. A jurisdição desportiva se dá nesse contexto em que jurisdição é entendida como “jurisdição-influência-autonomia” e como “função, atividade e influência”. Em outras palavras, parte do Esporte como fenômeno social acoplado ao Direito (também fenômeno social) para que surja o Esporte como subsistema social autônomo e legítimo. Assim, o Esporte, como ordem jurídica, tem como seu reflexo sua jurisdição específica que exerce função de pacificação social, manutenção da coesão de seu quadro associativo (“comunidade do Esporte”), e harmonização do Esporte (como ordem jurídica e jurisdição) com outros subsistemas, como o de um Estado. Essa jurisdição específica, nesse tocante, é complementar e sobreposta à jurisdição genérica do Estado e o encontro de ambas se dá, em especial, na realização da ordem jurídica e jurisdição no plano social via suas respectivas influências – cada qual legítima em seu próprio subsistema.
- e. Qual é a consequência da existência da uma jurisdição desportiva no estudo do direito processual sob a perspectiva de sua teoria geral?
- R. A jurisdição específica do Esporte, como jurisdição sobreposta e complementar à jurisdição genérica do Estado, leva à necessidade de revisitação do estudo da teoria geral do processo sob uma perspectiva macroprocessual que cuide do enlace, e necessário diálogo recíproco, entre subsistemas sociais. Ou seja, que cuide do estudo da “jurisdição-influência-autonomia” em um contexto de “políticas públicas” de cada subsistema.

REFERÊNCIAS¹¹³⁶:

ABREU, Gustavo Albano. El fútbol y su ordenamiento jurídico: origen en Inglaterra e implantación en Argentina. Buenos Aires: Marcial Pons, 2012.

AIDAR, Carlos Miguel. Curso de Direito Desportivo. São Paulo: Ícone, 2003.

ALVISI, Chiara. Autonomia privata e autodisciplina sportiva: il C.O.N.I. e la regolamentazione dello sport. Milão: Giuffrè Editore, 2000.

AMADO, João Leal. Vinculação versus Liberdade: o processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.

AMENDOEIRA JR., Sidnei. Manual de Processo Civil: teoria geral do processo e a fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

AMENTA, Carlo; DI BETTA, Paolo. The Media as a Policy Instrument in Influencing the Business Model of Professional Soccer: evidence from Italy. *In Journal of Media Economics*, vol. 25. Londres: Taylor & Francis Group, 2012.

ANDERSON, Paul M. Gambling on Sports. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F.* (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

ANDREWS, David L; RITZER, George. The Global in the Sporting Glocal. *In Giulianotti, Richard; ROBERTSON, Roland* (Ed.). Globalization and Sport. Oxford: Blackwell, 2007.

ARCHER, Simon. Commodification and juridification in football: reflections on the study of law and society. *In Southwestern Journal of International Law*, vol. 21. Georgetown: Southwestern University, 2014-5.

ARIAS DOMÍNGUEZ, Ángel. Percepciones Salariales y Derechos de Imagen de los Deportistas Profesionales en el Ordenamiento Laboral Español. *In CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo* (dir.). Derecho del deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

AURELLI, Arlete Inês. Função social da jurisdição e do processo. *In ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz* (orgs.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

AYMONE, Priscila Knoll. A Problemática dos Procedimentos Paralelos: os princípios da litispendência e da coisa julgada em arbitragem internacional. Tese para obtenção de título de Doutora em Direito, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: Luiz Olavo Baptista. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

¹¹³⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BACK, Charlott. Tribunais como Novos Atores no Sistema Internacional e o Redimensionamento das Fontes do Direito Internacional Público. In MENEZES, Wagner (Org.). Tribunais Internacionais e as Fontes de Direito Internacional. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

BAIRNER, Alan; TAN, Tien-Chin. Globalization and Chinese Sport Policy: the case of elite football in the People's Republic of China. In The China Quarterly, vol. 203. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

BARAK, Aharon. On Society, Law, and Judging. In Tulsa Law Review, vol. 47. Tulsa: Tulsa Law Review, 2011-2012.

BARR, Carol A.; HUMS, Mary A.; MASTERALAXIS, Lisa P. Principles and Practices of Sport Management. 4th Ed. Sadbury: Jones & Bartlett Learning, 2012.

BARRACCO, Roberto de Palma. An Overview of “PROFUT” – Brazil’s new Sports Law. LawInSport, 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.lawinsport.com/articles/item/an-overview-of-profut-brazil-s-new-sports-law>. Acesso em: 01 de Julho de 2017.

_____. Attachment of Economic Rights: a new solution for Brazil’s indebted football clubs’?. LawInSport, 13 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.lawinsport.com/articles/contract-law/item/attachment-of-economic-rights-a-new-solution-for-brazil-s-indebted-football-clubs>. Acesso em: 01 de Julho de 2017.

_____. Contribuição ao Estudo da Jurisdição Constitucional. In Revista de Direito Processual – RePro, Edição n. 264, Fevereiro/2017. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. From corruption & scandal to reform: how the Brazilian Olympic Committee overhauled its governance model. LawInSport, 20 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.lawinsport.com/topics/articles/item/from-corruption-scandal-to-reform-how-the-brazilian-olympic-committee-overhauled-its-governance-model>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2019.

_____. Justiça adota penhora dos direitos econômicos de atletas. Consultor Jurídico (ConJur), 21 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-nov-21/judiciario-ve-penhora-direitos-economicos-atletas-bons-olhos>. Acesso em: 01 de Julho de 2017.

_____. Key Sports Law Issues of 2016 & Key Cases to Watch in 2017 – Central & South America. LawInSport, 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.lawinsport.com/features/item/key-sports-law-issues-of-2016-key-cases-to-watch-in-2017-central-south-america>. Acesso em: 01 de Julho de 2017.

_____. Resolução de disputas disciplinares e de *doping* durante a Copa do Mundo FIFA: breve panorama. In Revista dos Tribunais, Edição n. 993, jul./2018. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018. Pp. 277-292.

_____. O Atleta após o fim de seu “passe”: da proteção ao clube formador aos “direitos econômicos”. Trabalho de conclusão de curso, Programa de Graduação em Direito. Orientador Professor Associado Antonio Rodrigues de Freitas Junior. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

BARRAL Y VIÑALS, Immaculada; VIOLA DEMESTRE, Isabel; LACASA LAUROCA, Elena. Materials Jurídics del Llibre Blanc de la Mediació a Catalunya. Vol. 2. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2011.

BARREIROS NETO, Jaime. Direito Desportivo. Curitiba: Juruá, 2010.

BARROCAS, Manuel Pereira. Manual de Arbitragem. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2010.

BASSO, Maristela; POLIDO, Fabrício. Jurisdição e Lei Aplicável na Internet: adjudicando litígios de violação de direitos da personalidade e as redes de relacionamento social. In DE LUCCA, Newton; SALOMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e Processo: influência do Direito Material sobre o Processo. 6. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

_____. Breves notas sobre Jurisdição e Ação. In ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Orgs.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

BELLIA, Ornella Desirée; COLANTUONI, Lucio. Labour law aspects regarding coaches in football: FIFA and CAS jurisprudence. In OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. Direito Desportivo: tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BERMANN, George A.; PICARD, Etienne (ed.). Introdução ao direito francês. Tradução Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BICKNELL, Kath. Sport, Entertainment and the Live(d) Experience of Cheering. In Popular Entertainment Studies, vol. 2. Newcastle: University of Newcastle, 2011.

BLACKSHAW, Ian S. Sport, mediation and arbitration. Den Hague: T.M.C. Asser Press, 2009.

BLANCO CALLEJO, Miguel; FORCADELL MARTÍNEZ, Francisco Javier. El Real Madrid Club de Fútbol: la aplicación de un modelo empresarial a una entidade deportiva en España. In Universia Business Review, terceiro trimestre de 2006. Madrid: Universia Business Review, 2006.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. Introdução ao processo civil moderno. São Paulo: Lex Editora, 2009.

_____. Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Princípios do processo no novo Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORISH, Linda J; PHILLIPS, Murray G. Sport History as Modes of Expression: material culture and cultural spaces in sport and history. *In Rethinking History*, vol. 16. Londres: Taylor & Francis Group, 2012.

BRANCO MARTINS, Roberto; PARRISH, Richard. Players' Agents. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

BUI-WRZOSINSKA, Lan; VALLACHER, Robin R; NOWAK, Andrzej; COLEMAN, Peter T. Protracted Conflicts as Dynamical Systems. *In SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator*. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

BUTI, Antonio; DAVIES, Chris; JONSON, Paul; THORPE, David. Sports Law. 3. Ed. Sydney: Oxford University Press, 2017.

CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

_____. Panorama del Derecho del Deporte. *In CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte*. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

CABOT, Anthony N; FAISS, Robert D. Sports Gambling in the Cyberspace Era. *In Chapman Law Review*, vol. 5. Orange: Chapman University, 2002.

CABRAL, Rui; DARBY, Paul. Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial. *In Análise Social*, vol. 41. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.

CAIS, Maria Eugênia Previtalli. Inter-relação entre o processo arbitral e o processo judicial. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil. Orientador Carlos Alberto Carmona. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

CALIXTO, Vinicius M. *Lex Sportiva* e Direitos Humanos: entrelaçamentos transconstitucionais e aprendizados recíprocos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

CALMON, Petrônio; CARNEIRO, Athos Gusmão (orgs.). Bases científicas para um renovado direito processual. Vol. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008.

_____. Por uma teoria crítica do direito processual. *In CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON, Petrônio (orgs.). Bases científicas para um renovado direito processual*. Vol. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008.

CAMARGOS, Waldimyr Vinicyus de Moraes. *Constituição e Esporte no Brasil*. Goiânia: Editora Kelps, 2017.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; DA ROCHA, Jean Paul C. Veiga; LESSA MATTOS, Paulo Todescan (Coords.). *Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

CAMPS POVILL, Andreu. *Las Federaciones Deportivas: regimen jurídico*. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1996.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. The Domestic Jurisdiction of States in the practice of the United Nations and Regional Organizations. *In International and Comparative Law Quarterly*, vol. 25. Londres: British Institute of International and Comparative Law, 1976.

CAPPELLETTI, Mauro. *Dimensioni della giustizia nelle società contemporanee: studi di diritto giudiziario comparato*. Bologna: Il Mulino, 1994.

_____. Alternative Dispute Resolution Processes within the Framework of the World-Wide Access-to-Justice Movement. *In The Modern Law Review*, vol. 56. Hoboken: Wiley, 1993.

_____. *Acesso à Justiça*. Tradução por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: SAFE, 1988.

_____. *Processo, Ideologias e Sociedade*. Vol. II. Tradução Hermes Zanetti Jr. Porto Alegre: SAFE, 2010.

_____; GARTH, Bryant; TROCKER, Nicolò. Access to Justice: variations and continuity of a world-wide movement. *Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico*, vol. 54. San Juan: Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico, 1985.

_____; GARTH, Bryant. Access to Justice: the newest wave in the worldwide movement to make rights effective. *Buffalo Law Review*, vol. 27. Buffalo: Buffalo Law Review, 1977-1978.

CAPUTO BASTOS, Guilherme Augusto. *Cláusula Penal*. *In MACHADO, Rubens Approbato et al. (coords). Curso de Direito Desportivo Sistemico*. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CARDOSO, Paula Butti. *Limites subjetivos da convenção de arbitragem*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil. Orientador Carlos Alberto Carmona. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

CARFAGNA, Peter A. *Sports and the Law: examining the legal evolution of America's three "Major Leagues"*. St. Paul: West, 2009.

CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista (coords.). *20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz*. São Paulo: Atletas, 2017.

_____. *Arbitragem e Jurisdição*. *In Revista de Processo*, vol. 58. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. Arbitragem e Processo: um comentário à Lei n. 9.307/96. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON, Petrônio (orgs.). Bases científicas para um renovado direito processual. Vol. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008.

_____. Jurisdição e competência: exposição didática. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO, Maria José; JANUÁRIO, Carlos. Os Fundamentos Político-Jurídicos do Desporto Profissional em Portugal. *In* Revista Síntese de Direito Desportivo, vol. 6. São Paulo: IOB, 2012.

CASINI, Lorenzo. Sports Law: a global legal order?. SSRN, 09 de junho de 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2079857. Acesso em: 08 de julho de 2017.

_____. The making of a Lex Sportiva by the Court of Arbitration for Sport. *In* German Law Journal, vol. 12. Lexington: Washington & Lee University School of Law, 2011

CASSESE, Sabino. Il diritto globale: giustizia e democrazia oltre lo Stato. Torino: Einaudi, 2009.

_____. The Globalization of Law. *In* New York University Journal of International Law & Policy, vol. 37. New York: New York University, 2005.

_____. Administrative Law without the State? The Challenge of Global Regulation. *In* New York University Journal of International Law & Policy, vol. 37. New York: New York University, 2005.

CASTRO, Luis Roberto Martins. A Natureza Jurídica do Direito Desportivo. *In* Revista Brasileira de Direito Desportivo, vol. 1. São Paulo: Editora da OAB SP, 2002.

CASTRO, Rodrigo R Monteiro de; MANSSUR, José Francisco C. Futebol, Mercado e Estado – Projeto de Recuperação, Estabilização e Desenvolvimento Sustentável do Futebol Brasileiro: estrutura, governo e financiamento. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

CATHARINO, José Martins. O Contrato de Emprego Futebolístico na Lei Brasileira. São Paulo: LTr, 1969.

CAVALIER, Georges. Taxation of Sports Business: an international and French perspective. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 9. Atenas: International Association of Sports Law, 2011.

CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins, 1943.

CHAMPION JR, Walter T. Sports Law in a nut shell. 4th Ed. St. Paul: West Publishing Co, 2009.

CHIRIMWAMI, Vincent; LASS, Carmina Rinker; TINT, Barbara; SARKIS, Caroline; HAJI, Sa'eed Mohamed. Diaspora Populations. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; TINT, Barbara; LIND, Mary; KOEHLER, Julie; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy. Dialogue. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26 edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CLARKE, Kerwin; POUND, Q.C. Richard W.. Doping in Sport. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

CLARKE, Roland; CHIRIMWAMI, Vincent; TINT, Barbara; LIND, Mary; KOEHLER, Julie; JOHNSTON, Mindy. Dialogue. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; SARKIS, Caroline; TINT, Barbara; NGEZAHU, Gloria;; JOHNSTON, Mindy. Cultural Considerations. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; DOGO, Djimet. Implications for Policy. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

CLOKE, Kenneth. *Mediating Dangerously: the frontiers of conflict resolution*. San Francisco: Jossey-Bass, 2001.

COATES, John. Making the Game Beautiful Again: lessons from Brazil provide a roadmap for rebuilding soccer in Nigeria. *In* *Georgia Journal of International & Comparative Law*, vol. 39. Athens: University of Georgia, 2010-1.

COELHO, Paulo Vinicius. *Bola Fora: o êxodo do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2009.

COFFEE, Pete; HASLAM, S. Alexander; LAVALLEE, David; REES, Tim. A Social Identity Approach to Sport Psychology: principles, practice, and prospects. *In* *Sports Medicine*, vol. 45. Berlin: Springer, 2015.

COLANTUONI, Lucio; NOVAZIO, Cristiano. Intellectual property rights in sports: a comparative overview of the USA, UK, and Italy. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____; BELLIA, Ornella Desirée. Labour law aspects regarding coaches in football: FIFA and CAS jurisprudence. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). *Direito do Trabalho e Desporto*. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

COLEMAN, Peter T.; BUI-WRZOSINSKA, Lan; VALLACHER, Robin R; NOWAK, Andrzej. Protracted Conflicts as Dynamical Systems. *In*. SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. *The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator*. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

COLUCCI, Michele; GEERAERT, Arnout. The "Social Dialogue" in European Professional Football. *In* *The International Sports Law Journal*, vol. 3-4. Berlim: Springer, 2008.

CORNELISSEN, Scarlett. Mega Event Securitization in a Third World Setting: glocal processes and ramifications during the 2010 FIFA World Cup. *In* *Urban Studies*, vol. 48. Thousand Oaks: Sage, 2011.

CORNELIUS, Steve; SINGH, Paul. Protection of Young Athletes. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____. Image Rights. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

CREMADES, Bernardo M. La Función Jurisdiccional de Apoyo y Control de Arbitraje. *In* *Revista Peruana de Arbitraje*, vol. 7. Lima: Instituto Peruano de Arbitraje, 2008.

_____; MADALENA, Ignacio. Parallel Proceedings in International Arbitration. *Arbitration International*, vol. 24. Londres: Journal of the London Court of International Arbitration, 2008.

_____. El Arbitraje en la Doctrina Constitucional Española. *In* *Lima Arbitration*, vol. 1. Lima: Circulo Peruano de Arbitraje, 2006.

CRESPO PÉREZ, Juan de Dios; FREGA NAVÍA, Ricardo. Comentarios al Reglamento FIFA: con análisis de jurisprudencia de la DRC y del TAS. Madrid: editorial Dykinson S.L., 2010.

CROVI, Luis Daniel. Las Asociaciones Deportivas. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). *Derecho del Deporte*. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Jurisdição e Poder: contribuição para a história dos recursos cíveis. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____; DE AZEVEDO, Luiz Carlos. Lições de Processo Civil Canônico: história e direito vigente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

DA ROCHA, Jean Paul C. Veiga; LESSA MATTOS, Paulo Todescan; CAMPILONGO, Celso Fernandes (Coords.). *Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

DA SILVA, Artur Flamínio. A resolução de conflitos desportivos em Portugal: entre o direito público e o direito privado. Coimbra: Almedina, 2017.

DA SILVA, José Anchieta (Org.). O Novo Processo Civil. São Paulo: Lex Editora, 2012.

DA SILVA, José Afonso. Notícia sobre Jurisdição Militar no Brasil. *In* ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; PETERSEN, Zilah Maria Callado Fadul (Coords.). Bicentenário da Justiça Militar no Brasil: coletânea de estudos jurídicos. Brasília: Editora Migalhas, 2008.

DA SILVA, Manuel Botelho. Arbitragem Voluntária: a hipótese da relatividade da posição do árbitro perante o direito de conflitos de fonte estatal. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

DABSCHECK, Braham. International Unionism's Competitive Edge: FIFPro and the European Treaty. *In* Relations Industrielles, vol. 58. Laval: Département des Relations Industrielles Université Laval, 2003.

DARBY, Paul; CABRAL, Rui. Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial. *In* Análise Social, vol. 41. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.

DAVIES, Chris; JONSON, Paul; THORPE, David; BUTI, Antonio. Sports Law. 3. Ed. Sydney: Oxford University Press, 2017.

DAVIS, Timothy; SHROPSHIRE, Kenneth L.. The Business of Sports Agents. 2nd Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

_____; MITTEN, Matthew J.. Athlete Eligibility Requirements and Legal Issues. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____; MITTEN, Matthew J; SMITH, Rodney K; DURU, N. Jeremi. Sports Law and Regulation: cases, materials, and problems. 3rd Ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2013.

DE ALMEIDA JUNIOR, João Mendes. Direito Judiciário Brasileiro. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1918.

DE ALMEIDA TOLEDO, Otávio Augusto; MACHADO, Rubens Approbato; SANT'ANA LANFREDI, Luís Geraldo (coords). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

DE ARAÚJO, Victor Targino. Aplicabilidade do Modelo de Single-Entity para Desenvolvimento do Desporto Profissional no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso, Coordenadoria Geral de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica. Orientador Professor Doutor Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira. São Paulo: PUC, 2016.

DE AZEVEDO, Luiz Carlos; CRUZ E TUCCI, José Rogério. Lições de Processo Civil Canônico: história e direito vigente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

DE LUCCA, Newton; SALOMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). *Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes*. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DE MAGALHÃES, José Carlos. *Fatores de Limitação da Jurisdição do Estado*. In *Revista dos Tribunais*, vol. 767. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

DE MELO, Victor Andrade; DEL PRIORE, Mary (orgs.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DE ROBERTO, Alberto. *Lezioni di Giustizia Amministrativa*. Roma: Dike Giuridica Editrice, 2015.

DE SOUZA, Gustavo Lopes Pires (coord.). *Direito Desportivo*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

DECAT, Scheyla Althoff. *Direito processual desportivo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DEL PRIORE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (orgs.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo. *Elementos de Direito Desportivo Sistêmico*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. *Justiça Desportiva: aspectos práticos do processo*. In DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo. *Elementos de Direito Desportivo Sistêmico*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DENTI, Vittorio. *La giustizia civile: lezioni introduttive*. Bologna: Il Mulino, 1989.

DEUTSCH, Morton. *Constructive Conflict Resolution: principles, training, and research*. In WEINER, Eugene. *The Handbook of Interethnic Coexistence*. New York: Continuum Publishing, 1994.

DEZALAY, Ives; TRUBEK, David M. *A reestruturação global e o direito*. In FARIA, José Eduardo (Org.). *Direito e Globalização econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2015.

DI BETTA, Paolo; AMENTA, Carlo. *The Media as a Policy Instrument in Influencing the Business Model of Professional Soccer: evidence from Italy*. In *Journal of Media Economics*, vol. 25. Londres: Taylor & Francis Group, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Arbitragem na Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. *A Instrumentalidade do Processo*. 14. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. I. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Teoria Geral do novo Processo Civil*. 3. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

_____; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo. 26 edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DOBSON, Stephen; GERRARD, Bill. The Determination of Player Transfer Fees in English Professional Soccer. *In Journal of Sport Management*, vol. 13. Champaign: Human Kinetic Publishers, 1999.

DOCHERTY, Jayne Seminare. The Unstated Models in our Minds. *In. SCHNEIDER*, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

DOGO, Djimet; CLARKE, Roland. Implications for Policy. *In TINT*, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

DOS SANTOS, Fabio Gomes. Procedimento, processo, processo administrativo e sua conexão com a participação administrativa. *In Revista Brasileira de Direito Público*, vol. 54. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

DUARTE, Orlando. Todos os Esportes do Mundo. São Paulo: Makron Books, 1996.

DUFFY, William. Football may be ill, but don't blame Bosman. *In ROSNER*, Scott R; SHROPSHIRE, Kenneth L. The Business of Sports. 2th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2010.

DURU, N. Jeremi; MITTEN, Matthew J; DAVIS, Timothy; SMITH, Rodney K. Sports Law and Regulation: cases, materials, and problems. 3rd Ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2013.

DUVAL, Antoine. *Lex Sportiva*: a playground for transnational law. *In European Law Journal*, vol. 19. Hoboken: Wiley, 2013.

_____; MATAIJA, Mislav; MAVROIDIS, Petros C. European Football Governance: looking backward, looking forward. *In Policy Brief*, volume 2013/03. Florença: European University Institute, 2013.

_____. La *Lex Sportiva* face au Droit de l'Union Européenne: guerre et paix dans l'espace juridique transnational. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação da European University Institute. Orientadora Professora Marie-Ange Moreau. Florença: European University Institute, 2015.

_____. The FIFA Regulations on the Status and Transfer of Players: transnational law-making in the shadow of Bosman. *In Asser Institute Research Paper Series*, April 2016. Den Hague: Asser, 2016.

ECHEVERRY VELÁSQUEZ, Sandra Liliana. El Patrocinio Deportivo. *In MILLÁN GARRIDO*, Antonio (coord.). Cuestiones Actuales de Derecho del Deporte. Madrid: Editorial Reus S.A., 2015.

EHRENZWEIG, Albert A. From State Jurisdiction to Interstate Venue: “due process”, the “long arm”, O’Connell, C.J., and the “short arm”. *Oregon Law Review*, vol. 50. Eugene: Oregon Law Review, 1971.

EISENBERG, Christiane. From Political Ignorance to Global Responsibility: the role of the World Soccer Association (FIFA) in international sport during the twentieth century. *In Journal of Sport History*, vol. 32. Champaign: University of Illinois Press, 2005.

ESTEVES NETO, Ernesto Gomes. A Organização das Nações Unidas e a proteção de Direitos Sociais no Brasil após 1988. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional. Orientador Wagner Menezes. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

EZABELLA, Felipe Legrazie. O Direito Desportivo e a Imagem do Atleta. São Paulo: Thompson IOB, 2006.

FAISS, Robert D; CABOT, Anthony N. Sports Gambling in the Cyberspace Era. *In Chapman Law Review*, vol. 5. Orange: Chapman University, 2002.

FARIA, José Eduardo. Direitos Fundamentais e Jurisdição: o Judiciário após a globalização. *In Direito em Debate*, vol. 9. Ijuí: Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijui, 1997.

_____. (Org.). *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

FERGUSON, Alex; MORITZ, Michael. Liderança. Tradução por Catharina Pinheiro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. La justicia deportiva: cuatro estudios. Navarra: Editorial Aranzadi SA, 2015.

FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, José-Luis; LÓPEZ-MARTÍNEZ, Raúl. Responsabilidad Social Corporativa y Buen Gobierno en los Clubes de Fútbol Españoles. *In Universia Business Review*, segundo trimestre de 2015. Madrid: Universia Business Review, 2015.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERRER, Lucas; LÓPEZ, Jordi. El “caso FC Barcelona” y la protección de los menores de acuerdo con el Reglamento FIFA sobre el Estatuto y las Transferencias de Jugadores. *In OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.*

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. Getting to Yes: negotiating agreement without giving in. 3rd Ed. New York: Penguin Books, 2011.

FORCADELL MARTÍNEZ, Francisco Javier; BLANCO CALLEJO, Miguel. El Real Madrid Club de Fútbol: la aplicación de un modelo empresarial a una entidade deportiva en España. *In* *Universia Business Review*, terceiro trimestre de 2006. Madrid: Universia Business Review, 2006.

FORGIONI, Paula A. Os Fundamentos do Antitruste. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2010.

FOSTER, Ken. Lex Sportiva: transnational law in action. SSRN, 06 de abril de 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1803472. Acesso em: 08 de julho de 2017.

_____. Global Administrative Law: the next step for global sports law?. SSRN, 14 de maio de 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2057750. Acesso em: 08 de julho de 2017.

FRANCIS, Cardinal George. Law and Culture. *In* *Ave Maria Law Review*, vol. 1. Naples: Ave Maria Law Review, 2003.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Direito Social ao Lazer: entretenimento e desportos. *In* *Revista Síntese de Direito Desportivo*, vol. 6. São Paulo: IOB, 2012.

FREGA NAVÍA, Ricardo; CRESPO PÉREZ, Juan de Dios. Comentarios al Reglamento FIFA: con análisis de jurisprudencia de la DRC y del TAS. Madrid: editorial Dykinson S.L., 2010.

FRIEDENTHAL, Jack H.; KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R. Civil Procedure. Hornbook Series. 4th Ed. St. Paul/US: Thomson West, 2005.

FRIEDMAN, Thomas L. Thank you for being late: an optimist's guide to thriving in the Age of Accelerations. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2016.

GABBAY, Daniela Monteiro. Mediação e Judiciário no Brasil e nos EUA: condições, desafios e limites para a institucionalização da mediação no judiciário. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GALANTER, Marc. Access to Justice in a World of expanding social capability. *Fordham Urban Law Journal*, vol. 37. New York: Fordham Urban Law Journal, 2010.

GALGANO, Francesco. Lex Mercatoria. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França. *In* *Revista de Direito Mercantil*, vol. 129. São Paulo: Malheiros, 2003.

GAMERO CASADO, Eduardo. La Licencia Deportiva Única. *In* MILLÁN GARRIDO, Antonio (coord.). Cuestiones Actuales de Derecho del Deporte. Madrid: Editorial Reus S.A., 2015.

GARTH, Bryant; CAPPELLETTI, Mauro; TROCKER, Nicolò. Access to Justice: variations and continuity of a world-wide movement. *Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico*, vol. 54. San Juan: Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico, 1985.

_____; CAPPELLETTI, Mauro. Access to Justice: the newest wave in the worldwide movement to make rights effective. *Buffalo Law Review*, vol. 27. Buffalo: Buffalo Law Review, 1977-1978.

GEERAERT, Arnout; COLUCCI, Michele. The “Social Dialogue” in European Professional Football. *In The International Sports Law Journal*, vol. 3-4. Berlim: Springer, 2008.

GENTZSCH, Ricardo. Transfer of Adolescents. *In International Sports Law Review Pandektis*, vol. 9. Atenas: International Association of Sports Law, 2011.

GEROMEL, Vitor. Jurisdição internacional e justiça brasileira: harmonias e dissonâncias. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

GERRARD, Bill; DOBSON, Stephen. The Determination of Player Transfer Fees in English Professional Soccer. *In Journal of Sport Management*, vol. 13. Champaign: Human Kinetic Publishers, 1999.

GIACALONE, Marco. L’Arbitrato Sportivo nel Sistema Italiano. *In Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*, Edição n. 3/2013. Roma: Sports Law and Policy Center, 2013. Pp. 31-50.

GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIOIA, Gina. Labor process and labor alternative dispute resolution in the Italian system. *Comparative Labor Law and Policy Journal*, vol. 34. Champaign: Comparative Labor Law and Policy Journal, 2012-2013.

GIULIANOTTI, Richard; ROBERTSON, Roland (Ed.). Globalization and Sport. Oxford: Blackwell, 2007.

_____; ROBERTSON, Roland. Recovering the Social: globalization, football and transnationalism. *In GIULIANOTTI, Richard; ROBERTSON, Roland (Ed.). Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell, 2007.

GÓIS JÚNIOR, Edvaldo; YAMANDU, Walter. Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa Paulista (1920-1930). *In Revista de História do Esporte*, bol. 5, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GOPLERUD, C. Peter; MCCURDY, James R; WESTON, Maureen A; YASSER, Ray. Sports Law: cases and materials. 7th Ed. New Providence: LexisNexis, 2011.

GRAHAM, Christine; WATSON, Chris. European regulation of media rights. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

GRAICHE, Ricardo. Aspectos polêmicos do CBJD e da Justiça Desportiva. *In DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo. Elementos de Direito Desportivo Sistêmico*. São Paulo: Quartier Latin, 2008

_____; DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa. Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2018.

_____; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria Geral do Processo. 26 edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

GROENEVELD, Margaret. European Sport Governance, Citizens, and the State: finding a (co-)productive balance for the twenty-first century. *In Public Management Review*, vol. 11. Londres: Taylor & Francis Group, 2009.

GROSSI, Simona. Rethinking the Harmonization of Jurisdictional Rules. *Tulsa Law Review*, vol. 86. Tulsa: Tulsa Law Review, 2011-2012.

GUALAZZINI, Ugo. Premesse Storiche al Diritto Sportivo. Milão: Dito. A. Giuffrè Editore, 1965.

GURGEL, Anderson. Futebol S/A: a economia em campo. São Paulo: Saraiva, 2006.

HAJI, Sa'eed Mohamed; CHIRIMWAMI, Vincent; LASS, Carmina Rinker; TINT, Barbara; SARKIS, Caroline. Diaspora Populations. *In TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

HAMPDEN-TURNER, Charles; TROMPENAARS, Fons. Riding the Waves of Culture: understanding diversity in global business. 3rd Ed. New York: McGraw Hill, 2012.

HASLAM, S. Alexander; LAVALLEE, David; REES, Tim; COFFEE, Pete. A Social Identity Approach to Sport Psychology: principles, practice, and prospects. *In Sports Medicine*, vol. 45. Berlim: Springer, 2015.

HEEN, Sheila; PATTON, Bruce; STONE, Douglas. Difficult Conversations: how to discuss what matters most. New York: Penguin Books, 2010.

_____; STONE, Douglas. Perceptions and Stories. *In SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator*. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

HELAL, R.; LOVISOLO, H. R.; SOARES, A. J. A Intervenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HELLERMAN, Steven L; MARKOVITS, Andrei S. Soccer in America: a story of marginalization. *In* University of Miami Entertainment & Sports Law Review, vol. 13. Miami: University of Miami, 1995-6.

HILL, John S; LEE, Jason W; VINCENT, John. The Multiple Brand Personalities of David Beckham: a case study of the Beckham brand. *In* Sport Marketing Quarterly, vol. 18. Morgantown: West Virginia University, 2009.

HILLER, Jack A. Language, Law, Sports and Culture: the transferability or non-transferability of words, lifestyles, and attitudes through law. *In* Valparaiso University Law Review, vol. 12. Valparaiso: Valparaiso University, 1978.

HOLDEN, John T; KABURAKIS, Anastasios; RODENBERG, Ryan M. Inevitable: sports gambling, state regulation, and the pursuit of revenue. Harvard Business Law Review Online, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.hblr.org/2015/01/inevitable-sports-gambling-state-regulation-and-the-pursuit-of-revenue/>. Acesso em: 08 de Julho de 2017.

_____; RODENBERG, Ryan M; KABURAKIS, Anastasios. Esports Corruption: gambling, doping, and global governance. SSRN, 01 de setembro de 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract_id=2831718. Acesso em: 08 de Julho de 2017

HOMBURG, Heidrun. Financing World Football: a business history of the Fédération Internationale de Football Association (FIFA). *In* Zeitschrift für Unternehmensgeschichte, vol. 53. Munich: Verlag C. H. Beck, 2008.

HONEYMAN, Christopher; SCHNEIDER, Andrea Kupfer. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

HUMS, Mary A.; MASTERALAXIS, Lisa P.; BARR, Carol A. Principles and Practices of Sport Management. 4th Ed. Sadbury: Jones & Bartlett Learning, 2012.

HURTADO, Sylvia; SCHOEM, David. Intergroup Dialogue: deliberative democracy in school, college, community, and workplace. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

IBHAWOH, Bonny. Between Culture and Constitution: evaluating the cultural legitimacy of human rights in the African State. *In* Human Rights Quarterly, vol. 22. Baltimore: John Hopkins University, 2000.

JAGODIC, Tone. Legal aspects of international event sponsorship. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

JANUÁRIO, Carlos; CARVALHO, Maria José. Os Fundamentos Político-Jurídicos do Desporto Profissional em Portugal. *In* Revista Síntese de Direito Desportivo, vol. 6. São Paulo: IOB, 2012.

JESSUP, Philip C. Jurisdiction. *In* International Studies Series US Naval War College, vol. 61. Newport: International Studies Series, 1980.

JOHNSTON, Mindy; TINT, Barbara; LIND, Mary; KOEHLER, Julie; CHIRIMWAMI, Vincent; CLARKE, Roland. Dialogue. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; SARKIS, Caroline; TINT, Barbara; NGEZAHU, Gloria; CLARKE, Roland. Cultural Considerations. *In* TINT, Barbara. *Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

JONSON, Paul; THORPE, David; BUTI, Antonio; DAVIES, Chris;. *Sports Law*. 3. Ed. Sydney: Oxford University Press, 2017.

_____. *Sports Tribunals*. *In* THORPE, David; BUTI, Antonio; DAVIES, Chris; JONSON, Paul. *Sports Law*. 3. Ed. Sydney: Oxford University Press, 2017.

JORDÃO, Milton. Democracia e Futebol. *In* *Revista Síntese de Direito Desportivo*, vol. 7. São Paulo: IOB, 2012.

JUCÁ BARROS, Marcelo. *Justiça Desportiva e suas decisões: estudo de casos*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

JUENGER, Friedrich K. Forum Shopping, Domestic and International. *In* *Tulsa Law Review*. Tulsa: Tulsa Law Review, 1988-1989.

KABOURAKIS, Anastasios. The US and EU Systems of Sport Governance: commercialized v. socio-cultural model – competition and labor law. *In* *The International Sports Law Journal*, vol. 3-4. Berlim: Springer, 2008.

_____; RODENBERG, Ryan. Gambling Sausage: federal legislation in the new millennium. *In* *Gaming Law Review and Economics*, vol. 16. New Rochelle: Mary Ann Liebert Inc, 2012.

_____; RODENBERG, Ryan M. Legal and Corruption Issues in Sports Gambling. *In* *Journal of Legal Aspects of Sport*, vol. 23. Champaign: Sport and Recreation Law Association 2013.

_____; RODENBERG, Ryan M; HOLDEN, John T. Inevitable: sports gambling, state regulation, and the pursuit of revenue. *Harvard Business Law Review Online*, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.hblr.org/2015/01/inevitable-sports-gambling-state-regulation-and-the-pursuit-of-revenue/>. Acesso em: 08 de Julho de 2017.

_____; HOLDEN, John T; RODENBERG, Ryan M. Esports Corruption: gambling, doping, and global governance. SSRN, 01 de setembro de 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract_id=2831718. Acesso em: 08 de Julho de 2017

KAPOGIANNI, Vassiliki. The Cornerstone of the Frontierless Sports Law. *In* *International Sports Law Review Pandektis*, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

KENNEDY, David; KENNEDY, Peter. Towards a Marxist Political Economy of Football Supporters. *In Capital & Class*, vol. 34. Thousand Oaks: Sage, 2010.

KENNEDY, Peter; KENNEDY, David. Towards a Marxist Political Economy of Football Supporters. *In Capital & Class*, vol. 34. Thousand Oaks: Sage, 2010.

KEYS, Barabara. Soviet Sport and Transnational Mass Culture in the 1930s. *In Journal of Contemporary History*, vol. 38. Thousand Oaks: Sage, 2003.

KHAN, Saeed A. Sharia Law, Islamophobia and the U.S. Constitution: new tectonic plates of the culture wars. *In University of Maryland Law Journal of Race, Religion, Gender & Class*, vol. 12. College Park: University of Maryland, 2012.

KILB, Samuel T. Fixing Financial Fair Play: how to make European soccer's salary cap stick. *In Indonesian Journal of International & Comparative Law*, vol. 1. Cianjur: Institute for Migrant Rights, 2014.

KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R.; FRIEDENTHAL, Jack H. Civil Procedure. Hornbook Series. 4th Ed. St. Paul/US: Thomson West, 2005.

KISCH, W. Elementos de Derecho Procesal Civil. Tradução por L. Prieto Castro. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1932.

KLEINER, Jan; OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de. The jurisdiction of the FIFA Dispute Resolution Chamber via-à-vis the jurisdiction of national dispute resolution bodies. *In OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.*

KLEVEN, Henrik Jacobsen; LANDAIS, Camille; SAEZ, Emmanuel. Taxation and International Migration of Superstars: evidence from the European Football Market. *In American Economic Review*, vol. 103. Pittsburgh: American Economic Association, 2013.

KOEHLER, Julie; CHIRIMWAMI, Vincent; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy; TINT, Barbara; LIND, Mary. Dialogue. *In TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.*

KRASNER, Jeremy; PHILLIPS, Jeff. Professional Sports: the next evolution in value creation. *In ROSNER, Scott R; SHROPSHIRE, Kenneth L. The Business of Sports. 2th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2010.*

KURLANTZICK, Lewis. The tampering prohibition, antitrust, and agreements between American and foreign sports leagues. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.*

LACASA LAUROCA, Elena; BARRAL Y VIÑALS, Immaculada; VIOLA DEMESTRE, Isabel. Materials Jurídics del Llibre Blanc de la Mediació a Catalunya. Vol. 2. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2011.

LANDAIS, Camille; SAEZ, Emmanuel; KLEVEN, Henrik Jacobsen. Taxation and International Migration of Superstars: evidence from the European Football Market. *In American Economic Review*, vol. 103. Pittsburgh: American Economic Association, 2013.

LANFREDI, Luís Geraldo. Em busca de legitimidade intrínseca da Justiça Desportiva: ainda a re(discussão) dos limites da intervenção no fenômeno desportivo. *In BEM*, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

LASS, Carmina Rinker; TINT, Barbara; SARKIS, Caroline; HAJI, Sa'eed Mohamed; CHIRIMWAMI, Vincent. Diaspora Populations. *In TINT*, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

LAVALLEE, David; REES, Tim; HASLAM, S. Alexander; COFFEE, Pete. A Social Identity Approach to Sport Psychology: principles, practice, and prospects. *In Sports Medicine*, vol. 45. Berlim: Springer, 2015.

LAWRENCE, Geoffrey; ROWE, David; MCKAY, Jim; MILLER, Toby. Modifying the Sign: Sport and Globalization. *In Social Text*, vol. 60. Durham: Duke University Press, 1999.

LAX, David A.; SEBENIUS, James K. 3-D Negotiation: powerful tools to change the game in your most important deals. Boston: Harvard Business School Press, 2006.

LEÃO, Fernanda de Gouvêa. Arbitragem e Execução. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil. Orientador Carlos Alberto Carmona. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

LEBARON, Michelle; PILLAY, Venashri. Conflict, Culture, and Images of Change. *In LEBARON*, Michelle; PILLAY, Venashri. Conflict across Cultures: a unique experience of bridging differences. Hachette: Nicholas Brealey, 2006.

_____; PILLAY, Venashri. Conflict across Cultures: a unique experience of bridging differences. Hachette: Nicholas Brealey, 2006.

LEE, Jason W; VINCENT, John; HILL, John S. The Multiple Brand Personalities of David Beckham: a case study of the Beckham brand. *In Sport Marketing Quarterly*, vol. 18. Morgantown: West Virginia University, 2009.

LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista; CARMONA, Carlos Alberto (coords.). 20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz. São Paulo: Atletas, 2017.

LESSA MATTOS, Paulo Todescan; CAMPILONGO, Celso Fernandes; DA ROCHA, Jean Paul C. Veiga (Coords.). Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro. São Paulo: Max Limonad, 2002.

LEVY, Salomon. Patrimonialidade do atleta de futebol. *In* MACHADO, Rubens et al (coords.). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Direito Comunitário e Soberania: algumas reflexões. *In* Enrique Ricardo Lewandowski (Coord.). Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: o papel do juiz no processo de integração regional. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

_____. Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: o papel do juiz no processo de integração regional. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

LIND, Mary; CHIRIMWAMI, Vincent; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy; TINT, Barbara; KOEHLER, Julie. Dialogue. *In* TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do novo Processo Civil. 3. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na histórica: lições introdutórias. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LÓPEZ, Jordi; FERRER, Lucas. El “caso FC Barcelona” y la protección de los menores de acuerdo con el Reglamento FIFA sobre el Estatuto y las Transferencias de Jugadores. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

LÓPEZ-MARTÍNEZ, Raúl; FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, José-Luis. Responsabilidad Social Corporativa y Buen Gobierno en los Clubes de Fútbol Españoles. *In* Universia Business Review, segundo trimestre de 2015. Madrid: Universia Business Review, 2015.

LOQUIN, Eric. Tribunal Arbitral du Sport: 2 Chronique des sentences arbitrales. *In* JournalJournal du Droit International Clunet, n. 1. Paris: LexisNexis/JurisClasseur, 2008.

LORA-TAMAYO VALLVÉ, Marta. La Representación Internacional en el Deporte. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

LORENZEN, Ernest G. Commercial Arbitration – international and interstate aspect. Yale Law Journal, vol. 43. New Haven: Yale Law Journal, 1933-1934.

LOVISOLO, H. R.; SOARES, A. J.; HELAL, R. A Intervenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Relação entre demandas. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

LUISO, Francesco Paolo. La Giustizia Sportiva. Milão: Giuffrè Editore, 1975.

LYRA FILHO, João. Introdução à Sociologia dos Desportos. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1973.

MACHADO, Rubens Approbato; SANT'ANA LANFREDI, Luís Geraldo; DE ALMEIDA TOLEDO, Otávio Augusto (coords). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MADALENA, Ignacio; CREMADES, Bernardo M.. Parallel Proceedings in International Arbitration. *Arbitration International*, vol. 24. Londres: Journal of the London Court of International Arbitration, 2008.

MAGUIRE, Joseph. Assessing the Sociology of Sport: on globalization and the diffusion of sport. *In International Review for the Sociology of Sport*, vol. 50. Thousand Oaks: Sage, 2014.

MANHÃES, Eduardo Dias. Política de Esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAIOLINI MENDES, Danielle. Os reflexos das decisões da Justiça Desportiva no contrato de trabalho do atleta profissional. *In OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.)*. Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

MAISONNEUVE, Mathieu. L'Arbitrage des Litiges Sportifs. Paris: L.G.D.J., 2008.

MANCILHA, Hudson Luiz França. Justiça Desportiva e o acesso ao Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MANSSUR, José Francisco C; CASTRO, Rodrigo R Monteiro de. Futebol, Mercado e Estado – Projeto de Recuperação, Estabilização e Desenvolvimento Sustentável do Futebol Brasileiro: estrutura, governo e financiamento. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

MARCATO, Antonio Carlos. Algumas Considerações sobre a Crise da Justiça. *In ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (orgs.)*. 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. Considerações sobre Jurisdição e Competência. *In Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, vol. 46. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. Ideias para um “renovado direito processual”. *In CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON, Petrônio (orgs.)*. Bases científicas para um renovado direito processual. Vol. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008.

MARKOVITS, Andrei S; HELLERMAN, Steven L. Soccer in America: a story of marginalization. *In University of Miami Entertainment & Sports Law Review*, vol. 13. Miami: University of Miami, 1995-6.

MAROTTA RANGEL, Vicente. Jurisdição Internacional: considerações preambulares. *In Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*. Vol. II. Coimbra: Almedina, 2002.

MARTINS, Pedro Batista; CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira (coords.). 20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz. São Paulo: Atletas, 2017.

MASTERALAXIS, Lisa P.; BARR, Carol A.; HUMS, Mary A. Principles and Practices of Sport Management. 4th Ed. Sadbury: Jones & Bartlett Learning, 2012.

_____.; WONG, Glenn M. Legal Principles Applied to Sport Management. *In* MASTERALEXIS, Lisa P.; BARR, Carol A; HUMS, Mary A. Principles and Practice of Sport Management. 4th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2011.

MATAIJA, Mislav; MAVROIDIS, Petros C; DUVAL, Antoine. European Football Governance: looking backward, looking forward. *In* Policy Brief, volume 2013/03. Florença: European University Institute, 2013.

MAVROIDIS, Petros C; DUVAL, Antoine; MATAIJA, Mislav. European Football Governance: looking backward, looking forward. *In* Policy Brief, volume 2013/03. Florença: European University Institute, 2013.

MAVROMATI, Despina; REEB, Matthieu. The Code of the Court of Arbitration for Sport: commentary, cases and materials. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer Law & Business, 2015.

MCCURDY, James R; WESTON, Maureen A; YASSER, Ray; GOPLERUD, C. Peter. Sports Law: cases and materials. 7th Ed. New Providence: LexisNexis, 2011.

MCKAY, Jim; MILLER, Toby; LAWRENCE, Geoffrey; ROWE, David. Modifying the Sign: Sport and Globalization. *In* Social Text, vol. 60. Durham: Duke University Press, 1999.

MCLAREN, Richard H. Twenty-five years of the Court of Arbitration for Sport: a look in the rear-view mirror. *In* Marquette Sports Law Review, vol. 20. Milwaukee: Marquette University, 2009.

MEDAUAR, Odete. Concorrência no sistema financeiro: conflito de competência entre CADE e BACEN?. *In* CAMPILONGO, Celso Fernandes; DA ROCHA, Jean Paul C. Veiga; LESSA MATTOS, Paulo Todescan (Coords.). Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro. São Paulo: Max Limonad, 2002.

MELO FILHO, Álvaro. Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

_____. Legislação e Justiça Desportiva Brasileiras: utopias e topias. *In* Revista Brasileira de Direito Desportivo, Edição n. 30, 2018. São Paulo: Lex Magister, 2018. Pp. 151-162.

_____. Nova Lei Pelé: avanços e impactos. Rio de Janeiro: Maquinária, 2011.

_____. Temas Candentes de Justiça Desportiva. *In* Revista Brasileira de Direito Desportivo, Edição n. 30, 2018. São Paulo: Lex Magister, 2018. Pp. 249-256.

MENARY, Steve. Outcasts!: the lands that FIFA forgot. Brighton: Pitch Publishing Ltd, 2012.

MENEZES, Wagner. Tribunais Internacionais: jurisdição e competência. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Tribunais Internacionais e as Fontes de Direito Internacional. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. Justiça Comum x Justiça Desportiva. In AIDAR, Carlos Miguel. Curso de Direito Desportivo. São Paulo: Ícone, 2003.

MENKEL-MEADOW, Carrie. Do the “Haves” Come out Ahead in Alternative Judicial Systems?: Repeat Players in ADR. In Ohio State Journal on Dispute Resolution, vol. 15. Columbus: Ohio State Journal on Dispute Resolution, 1999-2000.

MESTRE, Alexandre Miguel. Direito e Jogos Olímpicos. Coimbra: Almedina, 2008.

_____. Os Auxílios de Estado ao Desporto à Luz do Direito Comunitário da Concorrência: uma leitura prospectiva introdutória. In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. Direito Desportivo: tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MILLÁN GARRIDO, Antonio (coord.). Cuestiones Actuales de Derecho del Deporte. Madrid: Editorial Reus S.A., 2015.

MILLER, Arthur R.; FRIEDENTHAL, Jack H.; KANE, Mary Kay. Civil Procedure. Hornbook Series. 4th Ed. St. Paul/US: Thomson West, 2005.

MILLER, Toby; LAWRENCE, Geoffrey; MCKAY, Jim; ROWE, David. Modifying the Sign: Sport and Globalization. In Social Text, vol. 60. Durham: Duke University Press, 1999.

MITCHELL, Cassandra; RAMOS, Maria C. Dialogue throughout an Organization. In SCHOEM, David; HURTADO, Sylvia. Intergroup Dialogue: deliberative democracy in school, college, community, and workplace. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

MITTEN, Matthew J.; DAVIS, Timothy. Athlete Eligibility Requirements and Legal Issues. In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____. Judicial Review of Olympic and International Sports Arbitration Awards: trends and observations. In Pepperdine Dispute Resolution Law Journal, vol. 10. Malibu: Pepperdine University, 2009.

_____; DAVIS, Timothy; SMITH, Rodney K; DURU, N. Jeremi. Sports Law and Regulation: cases, materials, and problems. 3rd Ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2013.

_____. The Court of Arbitration for Sport and its Global Jurisprudence: international legal pluralism in a world without national boundaries. In Ohio State Journal on Dispute Resolution, vol. 30. Columbus: Ohio State University, 2015.

MNOOKIN, Robert H.; PEPPE, Scott R.; TULUMELLO, Andrew S. Beyond Winning: negotiating to create value in deals and disputes. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

MOFFITT, Michael L; SCHNEIDER, Andrea Kupfer. Dispute Resolution. 3. Ed. New York: Wolters Kluwer, 2014.

MOIS CORONA, Jaime Pablo. El derecho del deporte y su análisis jurídico: organizaciones deportivas, leyes, decretos, comentarios, reformas. Santiago: Editorial El Jurista, 2016.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Controle de Constitucionalidade da Lei Estrangeira. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

MORITZ, Michael; FERGUSON, Alex. Liderança. Tradução por Catharina Pinheiro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

MOTTA, Marcos Vinicius; NETO, Bichara Abidão. A participação de terceiros nos direitos de jogadores. In MACHADO, Rubens et al (coords.). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MYERS, David N; STOLZENBERG, Nomi Maya. Community, Constitution, and Culture: the case of the Jewish Kehilah. In University of Michigan Journal of Legal Reform, vol. 25. Ann Arbor: University of Michigan, 1992.

NAFZIGER, James A.R. Arbitration of rights and obligations in the international sports arena. In Val. University Law Review, vol. 35. Valparaiso: Val. University, 2001.

_____. Globalizing Sports Law. In Marquette Sports Law Journal, vol. 9. Milwaukee: Marquette University, 1998-9.

_____; WEI, Li. China's Sports Law. In The American Journal of Comparative Law, vol. 46. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____. European and North American models of sports organization. In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____. International Sports Law. In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

NAJARIAN, Alex C. "The Lost Boys": FIFA's insufficient efforts to stop trafficking of youth footballers. Sports Law Journal, vol. 22. New York: LexisNexis, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao processo do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NAURIGHT, John. Global Games: culture, political economy and sport in the globalized world of the 21st century. In Third World Quarterly, vol. 25. Londres: Taylor & Francis Group, 2004.

NAVARRO, José Bonet. Justicia de Paz y Alternativa. Madrid: Editorial Dykinson, 2014.

NAVES, Candido. Impulso Processual e Poderes do Juiz. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S.A., 1949.

NETO, Bichara Abidão; MOTTA, Marcos Vinicius. A participação de terceiros nos direitos de jogadores. *In* MACHADO, Rubens et al (coords.). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

NEVES, Celso. Estrutura Fundamental do Processo Civil: tutela jurídica processual, ação, processo e procedimento. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. (coord.). Transnacionalidade do Direito: Novas Perspectivas dos Conflitos entre Ordens Jurídicas. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

NGEZAHO, Gloria; SARKIS, Caroline; TINT, Barbara; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy. Cultural Considerations. *In* TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

NICOLAU, Jean Eduardo. Caso matuzalem: solução isolada ou revolução à estabilidade contratual no futebol?. *In* Revista Síntese de Direito Desportivo, Edição n. 8, ago/2012. São Paulo: IOB, 2011. Pp. 106-111.

_____. Comentários ao novo Código de Disciplina da CONMEBOL. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. Direito Internacional Privado do Esporte. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

_____. Direito internacional privado do esporte: estudos sobre uma disciplina em construção. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional. Orientado Gustavo Ferraz de Campos Monaco. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

_____. Tribunal Arbitral do Esporte: funcionamento e perspectivas. *In* Revista Brasileira de Direito Desportivo, vol. 18. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NIEVA FENOLL, Jordi. Jurisdicción y Proceso: estudios de ciencia jurisdiccional. Buenos Aires: Marcial Pons, 2009.

NOVAZIO, Cristiano; COLANTUONI, Lucio. Intellectual property rights in sports: a comparative overview of the USA, UK, and Italy. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

NOWAK, Andrzej; COLEMAN, Peter T.; BUI-WRZOSINSKA, Lan; VALLACHER, Robin R. Protracted Conflicts as Dynamical Systems. *In*. SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

OLATAWURA, Ola O. Why There May Not Be An Extraterritorial Sport Right to Online Gambling. *In* Loyola L. A. International & Comparative Law Review, vol. 27. Los Angeles: Loyola University, 2005.

_____. The “Theatre of Dreams”? Manchester United FC, Globalization, and International Sports Law. *In* Marquette Sports Law Review, vol. 16. Milwaukee: Marquette University, 2005-6.

OLGIATI, Vittorio. Direito positivo e ordens sócio-jurídicas: um “engate operacional” para uma sociologia do direito europeia. *In* FARIA, José Eduardo (Org.). Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

_____. Disputas laborais desportivas no âmbito internacional. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____; KLEINER, Jan. The jurisdiction of the FIFA Dispute Resolution Chamber vis-à-vis the jurisdiction of national dispute resolution bodies. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

PALOMAR OLMEDA, Alberto. Los Retos actuales del Derecho Deportivo. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

PANAGIOTOPOULOS, Dimitrios P. Clauses for a Legitimizing Basis of Regulatory Competence in International Sports Activities: a lex sportiva & lex olympica constitutional charter. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2013.

_____. Sporting jurisdictional order and arbitration. *In* US-China Law Review, vol. 10. Nova Iorque: David Publisher, 2013.

PANHOCA, Heraldo Luís. Justiça Desportiva. *In* AIDAR, Carlos Miguel. Curso de Direito Desportivo. São Paulo: Ícone, 2003.

PAPALOUKAS, Marios. Lex Sportiva and Lex Mercatoria. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2013.

_____. Sports Self-Governance. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2013.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. Existiria uma ordem jurídica arbitral?. *In* CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista (coords.). 20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz. São Paulo: Atletas, 2017.

_____. *Processo Arbitral e Sistema*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado, Orientador Professor Doutor Carlos Alberto Carmona.

PARRISH, Richard; BRANCO MARTINS, Roberto. *Players' Agents*. In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

PATTON, Bruce; HEEN, Sheila; STONE, Douglas. *Difficult Conversations: how to discuss what matters most*. New York: Penguin Books, 2010.

_____; FISHER, Roger; URY, William. *Getting to Yes: negotiating agreement without giving in*. 3rd Ed. New York: Penguin Books, 2011.

PECHOTA, Vratislav. *International Economic Arbitration in the USSR and Eastern Europe*. In *New York Law School Journal of International and Comparative Law*, vol. 8. New York: New York Law School Journal of International and Comparative Law, 1987.

PEETERS, Thomas; SZYMANSKI, Stefan. *Financial Fair Play in European Football*. In *Economic Policy*, Abril 2014. Londres: Economic Policy, 2014.

PEPPET, Scott R.; TULUMELLO, Andrew S.; MNOOKIN, Robert H. *Beyond Winning: negotiating to create value in deals and disputes*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

PERRY, Valed. *O Direito Desportivo*. In *Revista Brasileira de Direito Desportivo*, vol. 1. São Paulo: Editora da OAB SP, 2002.

PESKOV, Anatoly. *Racism, National and Religious Extremism for the Olympics and other Sporting Events: history and reality*. In *International Sports Law Review Pandektis*, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

PETERSEN, Zilah Maria Callado Fadul; ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira (Coords.). *Bicentenário da Justiça Militar no Brasil: coletânea de estudos jurídicos*. Brasília: Editora Migalhas, 2008.

PHILLIPS, Jeff; KRASNER, Jeremy. *Professional Sports: the next evolution in value creation*. In ROSNER, Scott R; SHROPSHIRE, Kenneth L. *The Business of Sports*. 2th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2010.

PHILLIPS, Murray G; BORISH, Linda J. *Sport History as Modes of Expression: material culture and cultural spaces in sport and history*. In *Rethinking History*, vol. 16. Londres: Taylor & Francis Group, 2012.

PICARD, Etienne; BERMAN, George A. (ed.). *Introdução ao direito francês*. Tradução Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PICARDI, Nicola. *Jurisdição e Processo*. Tradução Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

_____. *La giurisdizione all'alba del terzo millennio*. Milão: Giuffrè Editore, 2007.

PILLAY, Venashri; LEBARON, Michelle. Conflict, Culture, and Images of Change. *In* LEBARON, Michelle; PILLAY, Venashri. Conflict across Cultures: a unique experience of bridging differences. Hachette: Nicholas Brealey, 2006.

_____; LEBARON, Michelle. Conflict across Cultures: a unique experience of bridging differences. Hachette: Nicholas Brealey, 2006.

POLIDO, Fabrício; BASSO, Maristela. Jurisdição e Lei Aplicável na Internet: adjudicando litígios de violação de direitos da personalidade e as redes de relacionamento social. *In* DE LUCCA, Newton; SALOMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PONKIN, Igor V; PONKINA, Alena I. Public Financial Support of Professional Sport. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 11. Atenas: International Association of Sports Law, 2016.

_____; PONKINA, Alena I. On Correlation of Lex Sportiva and Sports Law. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

PONKINA, Alena I; PONKIN, Igor V. Public Financial Support of Professional Sport. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 11. Atenas: International Association of Sports Law, 2016.

_____; PONKIN, Igor V. On Correlation of Lex Sportiva and Sports Law. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

_____. Autonomy of Sport: legal aspects. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2013.

PORTINHO, Carlos Francisco. A Jurisdição Desportiva, o seu limite e extensão sob a análise dos casos “Jeferson/Vasco da Gama” e “WADA/FIFA vs Dodô”. *In* MACHADO, Rubens Approbato; LANFREDI, Luis Geradl Sant’ana; TOLEDO, Otávio Augusto de Almeida; SAGRES, Ronaldo Crespilho; NASCIMENTO, Wagner (coords.). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

POUND, Q.C. Richard W.; CLARKE, Kerwin. Doping in Sport. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

RAMALHO, Joaquim Ignacio. Praxe Brasileira. São Paulo: Typographia Ypiranga, 1869.

RAMOS, Maria C.; MITCHELL, Cassandra. Dialogue throughout an Organization. *In* SCHOEM, David; HURTADO, Sylvia. Intergroup Dialogue: deliberative democracy in school, college, community, and workplace. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

RAMOS, Rafael Teixeira; BEM, Leonardo Schmitt de. Direito Desportivo: tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. Cláusula Indenizatória Desportiva e Cláusula Compensatória Desportiva: nova sistemática rescisória do contrato de trabalho do atleta. *In Revista Síntese Direito Desportivo*. Ano 1, n. 2. São Paulo: IOB, 2011.

_____; BEM, Leonardo Schmitt de. *Direito Desportivo: tributo a Marcílio Krieger*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. *Direito Desportivo Trabalhista: a fluência do ordenamento do desporto na relação laboral desportiva e seus poderes disciplinares*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

RAZI, G. M. The Soviet System. *In Howard Law Journal*, vol. 6. Washington D.C.: Howard Law Journal, 1960.

REDENTI, Enrico. *Diritto Processuale Civile: nozioni e regole generali*. Milano: Giuffrè Editore, 1995.

REEB, Matthieu; MAVROMATI, Despina. *The Code of the Court of Arbitration for Sport: commentary, cases and materials*. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer Law & Business, 2015.

REES, Tim; HASLAM, S. Alexander; COFFEE, Pete; LAVALLEE, David. A Social Identity Approach to Sport Psychology: principles, practice, and prospects. *In Sports Medicine*, vol. 45. Berlin: Springer, 2015.

REYNOLDS, Jennifer W. Games, Dystopia, and ADR. *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, vol. 27. Columbus: Ohio State Journal, 2012.

RIBEIRO COSTA, Hélio Rubens Batista. O Atual Panorama Jurisdicional Brasileiro, suas Mazelas e o Projeto de Código de Processo Civil. *In DA SILVA, José Anchieta (Org.). O Novo Processo Civil*. São Paulo: Lex Editora, 2012.

RIGOZZI, Antonio. L'arbitrabilité des litiges sportifs. *In ASA Bulletin*, vol. 21. Basel: Swiss Arbitration Association, 2003.

RINEHART, Robert. Sport as Kitsch: a case study of The American Gladiators. *In Journal of Popular Culture*, vol. 28. Hoboken: Wiley Blackwell, 1994.

RITZER, George; ANDREWS, David L. The Global in the Sporting Glocal. *In Giulianotti, Richard; ROBERTSON, Roland (Ed.). Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell, 2007.

ROBERTSON, Roland; GIULIANOTTI, Richard (Ed.). *Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell, 2007.

_____; GIULIANOTTI, Richard. Recovering the Social: globalization, football and transnationalism. *In GIULIANOTTI, Richard; ROBERTSON, Roland (Ed.). Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell, 2007.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; PETERSEN, Zilah Maria Callado Fadul (Coords.). *Bicentenário da Justiça Militar no Brasil: coletânea de estudos jurídicos*. Brasília: Editora Migalhas, 2008.

RODENBERG, Ryan; KABURAKIS, Anastasios. Gambling Sausage: federal legislation in the new millennium. *In* Gaming Law Review and Economics, vol. 16. New Rochelle: Mary Ann Liebert Inc, 2012.

_____; KABURAKIS, Anastasios. Legal and Corruption Issues in Sports Gambling. *In* Journal of Legal Aspects of Sport, vol. 23. Champaign: Sport and Recreation Law Association 2013.

_____; HOLDEN, John T; KABURAKIS, Anastasios. Inevitable: sports gambling, state regulation, and the pursuit of revenue. Harvard Business Law Review Online, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.hblr.org/2015/01/inevitable-sports-gambling-state-regulation-and-the-pursuit-of-revenue/>. Acesso em: 08 de Julho de 2017.

_____; HOLDEN, John T; KABURAKIS, Anastasios. Esports Corruption: gambling, doping, and global governance. SSRN, 01 de setembro de 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract_id=2831718. Acesso em: 08 de Julho de 2017

RODRÍGUEZ M., Darío. Los Limites del Estado en la Sociedad Mundial: de la Política al Derecho. *In* NEVES, Marcelo (coord.). Transnacionalidade do Direito: Novas Perspectivas dos Conflitos entre Ordens Jurídicas. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

RODRÍGUEZ TEN, Javier. La Mujer en el Ordenamiento Deportivo Actual. *In* MILLÁN GARRIDO, Antonio (coord.). Cuestiones Actuales de Derecho del Deporte. Madrid: Editorial Reus S.A., 2015.

ROMERO, José Carlos Paez; SANTOS, Rui Botica. A jurisprudência do TAS em matéria laboral. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ROMPUY, Ben van. Plan to Relieve Spanish Football Club Tax Debts. *In* World Sports Law Report, vol. 06/2012. Londres: Cecile Park Publishing, 2012.

ROSNER, Scott R; SHROPSHIRE, Kenneth L. The Business of Sports. 2th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2010.

ROSS, Stephen F.; NAFZIGER, James A.R. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

_____. Derecho en la Competencia y Mercado Laboral en Materia Deportiva. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

ROWE, David; MCKAY, Jim; MILLER, Toby; LAWRENCE, Geoffrey. Modifying the Sign: Sport and Globalization. *In* Social Text, vol. 60. Durham: Duke University Press, 1999.

SÁENZ Rodríguez, Carmen María. Determinación de la Naturaleza Jurídica de las Relaciones entre Clubes y Entidades Deportivas con sus Colaboradores. *In* MILLÁN GARRIDO, Antonio (coord.). Cuestiones Actuales de Derecho del Deporte. Madrid: Editorial Reus S.A., 2015.

SAEZ, Emmanuel; KLEVEN, Henrik Jacobsen; LANDAIS, Camille. Taxation and International Migration of Superstars: evidence from the European Football Market. *In American Economic Review*, vol. 103. Pittsburgh: American Economic Association, 2013.

SALLES, Carlos Alberto. Processo: procedimento dotado de normatividade – uma proposta de unificação conceitual. *In ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (orgs.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SALLES, José Geraldo do Carmo. Entre a Paixão e o Interesse: amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro. Tese de Doutorado em Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2004.

SALOMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton (Coords.). Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SANCHEZ, Padre Jesús Hortal (Notas e comentários). Código de Direito Canônico. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SANT'ANA LANFREDI, Luís Geraldo; DE ALMEIDA TOLEDO, Otávio Augusto; MACHADO, Rubens Approbato (coords). Curso de Direito Desportivo Sistemico. Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The law of the oppressed: the construction of legality in Pasargada. *In Law & Society Review*, vol. 12. New Haven: Yale University, 1977. Pp. 5-126.

SANTOS, Rui Botica; ROMERO, José Carlos Paez. A jurisprudência do TAS em matéria laboral. *In OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SARKIS, Caroline; HAJI, Sa'eed Mohamed; CHIRIMWAMI, Vincent; LASS, Carmina Rinker; TINT, Barbara. Diaspora Populations. *In TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; TINT, Barbara; NGEZAHU, Gloria; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy. Cultural Considerations. *In TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

SCHNEIDER, Andrea Kupfer; MOFFITT, Michael L. Dispute Resolution. 3. Ed. New York: Wolters Kluwer, 2014.

_____; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

SCHOEM, David; HURTADO, Sylvia. Intergroup Dialogue: deliberative democracy in school, college, community, and workplace. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

SCHÖNKE, Adolfo. Derecho Procesal Civil. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1950.

SEBENIUS, James K.; LAX, David A. 3-D Negotiation: powerful tools to change the game in your most important deals. Boston: Harvard Business School Press, 2006.

SEYERSTED, Finn. Jurisdiction over organs and officials of States, the Holy See and Intergovernmental Organizations. *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 14. Londres: British Institute of International and Comparative Law, 1965.

SHROPSHIRE, Kenneth L.; DAVIS, Timothy. *The Business of Sports Agents*. 2nd Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

_____; ROSNER, Scott R. *The Business of Sports*. 2th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2010.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Congestionamento Viário e Congestionamento Judiciário: reflexões sobre a garantia de acesso individual ao Poder Judiciário. *In Revista de Direito Processual – RePro*, Edição n. 236, out/2014. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Perspectivas atuais da “teoria geral do processo”. *In CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON, Petrônio (orgs.)*. Bases científicas para um renovado direito processual. Vol. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008.

_____. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. *In ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (orgs.)*. 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SIEKMANN, Robert; SOEK, Janwillem. Models of Sport Governance within the European Union. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.)*. Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

SILVA, Márcia Santos da. Interesse Público e Regulação Estatal do Futebol no Brasil. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo; DELBIN, Gustavo. Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SINGH, Paul; CORNELIUS, Steve. Protection of Young Athletes. *In NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.)*. Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

SMART, Barry. Not Playing Around: global capitalism, modern sport and consumer culture. *In Giulianotti, Richard; ROBERTSON, Roland (Ed.)*. Globalization and Sport. Oxford: Blackwell, 2007.

SMITH, Rodney K; DURU, N. Jeremi; MITTEN, Matthew J; DAVIS, Timothy. Sports Law and Regulation: cases, materials, and problems. 3rd Ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2013.

SOARES, A. J.; HELAL, R.; LOVISOLO, H. R. A Intervenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte, Globalização e Negócios: o Brasil dos dias de hoje. *In* DEL PRIOE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (orgs.). História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOARES, Guido Fernando Silva. Common law: introdução ao direito dos EUA. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

_____. Órgãos das Soluções Extrajudiciais de Litígios. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985.

SOBRINHO, Elicio de Cresci. Justiça Alternativa. Porto Alegre: SAFE, 1991.

SOEK, Janwillem; SIEKMANN, Robert. Models of Sport Governance within the European Union. *In* NAFZIGER, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). Handbook on International Sports Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

SORIANO, Ferran. A Bola não entra por Acaso: estratégias inovadoras de gestão inspiradas no mundo do futebol. São Paulo: Editora Lafonte, 2010.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires. Direito Desportivo. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

SPECTOR, Horacio. Naturaleza y alcance de los Derechos de Retransmisión por Televisión de Espectáculos Deportivos. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

SPILLINGER, Clyde. Principles of Conflict of Law. 2. Ed. St. Paul: West Academic Publishing, 2015.

SPINELLI, Rodrigo. A Cláusula Penal nos Contratos dos Atletas Profissionais de Futebol. São Paulo: LTr, 2011.

STOLZENBERG, Nomi Maya; MYERS, David N. Community, Constitution, and Culture: the case of the Jewish Kehilah. *In* University of Michigan Journal of Legal Reform, vol. 25. Ann Arbor: University of Michigan, 1992.

STONE, Douglas; PATTON, Bruce; HEEN, Sheila. Difficult Conversations: how to discuss what matters most. New York: Penguin Books, 2010.

_____; HEEN, Sheila. Perceptions and Stories. *In*. SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

SUGDEN, John; TOMLINSON, Alan. FIFA and the Contest for World Football: who rules the people's game?. Cambridge: Polity Press, 1998.

SZWEDO, Piotr. Poland at the Gates of Euro 2012: global sport governance and the limits of the State's autonomy. *In* University of Denver Sports & Entertainment Law Journal, vol. 11. Denver: University of Denver, 2011.

SZYMANSKI, Stefan; PEETERS, Thomas. Financial Fair Play in European Football. *In* Economic Policy, Abril 2014. Londres: Economic Policy, 2014.

TALEB, Nassim Nicholas. A lógica do Cines Negro: o impacto do altamente improvável. Tradução: Marcelo Schild. 14. Ed. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2018.

TAN, Tien-Chin; BAIRNER, Alan. Globalization and Chinese Sport Policy: the case of elite football in the People's Republic of China. *In* The China Quarterly, vol. 203. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TARELLO, Giovanni. Dottrine del processo civile: studi storici sulla formazione del diritto processuale civile. Bologna: il Mulino, 1989.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TARUFFO, Michele. Processo Civil Comparado: ensaios. Trad. Daniel Mitidiero. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

TAYLOR, Trevor. Sport and World Politics: functionalism and the State system. *In* International Journal, vol. 43. Thousand Oaks: Sage, 1988.

TEJEDOR BIELSA, Julio. El Deporte entre lo Público y lo Privado: análisis organizativo, funcional y jurisdiccional. *In* CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo (dir.). Derecho del Deporte. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

THOMPSON, Linda L.; Rodriguez, Selma. International Administrative Tribunals: current status and related bibliography. International Journal of Legal Information, vol. 11. Washington D.C.: International Association of Law Libraries, 1983.

THORPE, David; BUTI, Antonio; DAVIES, Chris; JONSON, Paul. Sports Law. 3. Ed. Sydney: Oxford University Press, 2017.

TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; SARKIS, Caroline; HAJI, Sa'eed Mohamed; CHIRIMWAMI, Vincent; LASS, Carmina Rinker Lass. Diaspora Populations. *In* TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; KOEHLER, Julie; LIND, Mary; CHIRIMWAMI, Vincent; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy. Dialogue. *In* TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

_____; SARKIS, Caroline; NGEZAHU, Gloria; CLARKE, Roland; JOHNSTON, Mindy. Cultural Considerations. *In* TINT, Barbara. Diasporas in Dialogue: conflict transformation and reconciliation in worldwide refugee communities. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

TOMLINSON, Alan; SUGDEN, John. FIFA and the Contest for World Football: who rules the people's game?. Cambridge: Polity Press, 1998.

TROCKER, Nocolò. Processo Civile e Costituzione: problemi di diritto tedesco e italiano. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1974.

_____; GARTH, Bryant; CAPPELLETTI, Mauro. Access to Justice: variations and continuity of a world-wide movement. *Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico*, vol. 54. San Juan: Revista Juridica de la Universidad de Puerto Rico, 1985.

TROMPENAARS, Fons; HAMPDEN-TURNER, Charles. Riding the Waves of Culture: understanding diversity in global business. 3rd Ed. New York: McGraw Hill, 2012.

TRUBEK, David M; DEZALAY, Ives. A reestruturação global e o direito. In FARIA, José Eduardo (Org.). Direito e Globalização econômica: implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2015.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, Ação e Processo Civil: subsídios para a Teoria Geral do Processo Civil. In *Revista de Processo*, vol. 52. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

TULUMELLO, Andrew S.; MNOOKIN, Robert H.; PEPPET, Scott R. Beyond Winning: negotiating to create value in deals and disputes. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

URY, William; PATTON, Bruce; FISHER, Roger. Getting to Yes: negotiating agreement without giving in. 3rd Ed. New York: Penguin Books, 2011.

VALLACHER, Robin R.; NOWAK, Andrzej; COLEMAN, Peter T.; BUI-WRZOSINSKA, Lan. Protracted Conflicts as Dynamical Systems. In. SCHNEIDER, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

VAN DEN BERG, Ger P. Special Courts in the USSR: their nature and activities. In *Review of Socialist Law*, vol. 3. Den Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1982

VAZ, Alexandre Fernandez; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Esporte, Globalização e Negócios: o Brasil dos dias de hoje. In DEL PRIOE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (orgs.). História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VENTURI, Stefano. Giustizia Tecnica e Disciplinare nell'alveo della Giurisdizione esclusiva del giudice sportivo: armonie e disarmonie tra ordinamenti sportivo e statale. In *Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*, Edição n. 2/2012. Roma: Sports Law and Policy Center, 2012. Pp. 79-96.

VERGNA, José Daniel Gatti. O novo sistema do Tribunal Administrativo da ONU. Dissertação de Mestrado. Orientador: Wagner Luiz Menezes Lino. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

VIEWEG, Klaus. Lex Sportiva and the Fairness Principle. *In International Sports Law Review Pandektis*, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

VIÑAL, Ramiro G. Contratos firmados por Deportistas durante la Minoría de Edad. Em art. 300 del Código Civil - ¿Regla o excepción? – Su eventual aplicación al contrato de representación deportiva. *In CABANELLAS DE LAS CUEVAS*, Guillermo (dir.). *Derecho del Deporte*. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 2014.

VINCENT, John; HILL, John S; LEE, Jason W. The Multiple Brand Personalities of David Beckham: a case study of the Beckham brand. *In Sport Marketing Quarterly*, vol. 18. Morgantown: West Virginia University, 2009.

VIOLA DEMESTRE, Isabel; LACASA LAUROCA, Elena; BARRAL Y VIÑALS, Immaculada. *Materials Jurídics del Llibre Blanc de la Mediació a Catalunya*. Vol. 2. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2011.

VON MEHREN, Arthur Taylor. Adjudicatory Jurisdiction: general theories compared and evaluated. *Boston University Law Review*, vol. 63. Boston: Boston University Law Review, 1983.

WAIBEL, Michael. Opening Pandora's Box: sovereign bonds in international arbitration. *American Journal of International Law*, vol. 101. Washington D.C.: American Society of International Law, 2007.

WAMBIER, Pedro Arruda Alvim. A legitimidade da vedação das federações internacionais do acesso às cortes ordinárias de justiça. *In Revista Brasileira de Direito Desportivo*, Edição n. 29, 2017. São Paulo: Lex Magister, 2017. Pp. 109-136.

WASSERMAN, Howard M. Fans, Free Expression, and the Wide World of Sports. *In University of Pittsburgh Law Review*, vol. 67. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2005-6.

WATSON, Chris; GRAHAM, Christine. European regulation of media rights. *In NAFZIGER*, James A.R.; ROSS, Stephen F. (ed.). *Handbook on International Sports Law*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

WEI, Li; NAFZIGER, James A.R.. China's Sports Law. *In The American Journal of Comparative Law*, vol. 46. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WEINER, Eugene. *The Handbook of Interethnic Coexistence*. New York: Continuum Publishing, 1994.

WELSH, Nancy. Perceptions of Fairness. *In. SCHNEIDER*, Andrea Kupfer; HONEYMAN, Christopher. *The Negotiator's Fieldbook: the desk reference for the experienced negotiator*. Washington: American Bar Association Section of Dispute Resolution, 2006.

WESTON, Maureen A; YASSER, Ray; MCCURDY, James R; GOPLERUD, C. Peter. *Sports Law: cases and materials*. 7th Ed. New Providence: LexisNexis, 2011.

WONG, Glenn M; MASTERALEXIS, Lisa P. Legal Principles Applied to Sport Management. *In* MASTERALEXIS, Lisa P.; BARR, Carol A; HUMS, Mary A. Principles and Practice of Sport Management. 4th Ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2011.

YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edvaldo; Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa Paulista (1920-1930). *In* Revista de História do Esporte, bol. 5, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

YARSHELL, Flávio Luiz. Tutela Jurisdicional. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.

_____; ZUFELATO, Camilo (Orgs.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

YASSER, Ray; MCCURDY, James R; GOPLERUD, C. Peter; WESTON, Maureen A. Sports Law: cases and materials. 7th Ed. New Providence: LexisNexis, 2011.

YEUN, Kee-Young. The Protection of Sports Fundamental Rights and Legislation of the Basic Sports Law in Korea. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 11. Atenas: International Association of Sports Law, 2016.

YONG, Tang. The Concept of Sports Law in China. *In* International Sports Law Review Pandektis, vol. 10. Atenas: International Association of Sports Law, 2014.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. Limites do poder disciplinar e reflexos das decisões da Justiça Desportiva. *In* OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de (coord.). Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. Os Atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Os Atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho. 2. Ed. São Paulo: LTr, 2015.

ZELDES, Ilya. On Special Courts in the USSR. *In* Review of Socialist Law, vol. 10. Den Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1984.

ZIMBALIST, Andrew. Sport as Business. *In* Oxford Review of Economic Policy, vol. 19. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado. Tradução de Karin Praefke-Aires Coutinho. 3. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997.

ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Orgs.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.